

**ATA**

**N.º 05/2018**

**SESSÃO ORDINÁRIA  
DA  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ESPOSENDE**

**Realizada em  
30 de novembro de 2018**

**ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ESPOSENDE,  
REALIZADA EM 30 DE NOVEMBRO DE 2018:** \_\_\_\_\_

---Aos trinta dias do mês de novembro do ano dois mil e dezoito, nesta cidade de Esposende e no Fórum Municipal Rodrigues Sampaio, reuniu em sessão ordinária a Assembleia Municipal de Esposende, expressamente convocada para o efeito, sob a presidência de José Agostinho Veloso da Silva, na qualidade de Presidente da Assembleia Municipal. -----

---A reunião da presente sessão foi secretariada pelos Primeiro e Segundo Secretários da Mesa, respetivamente, António José Pereira Morgado e Jaqueline Casado Afonso Areias. -----

---Para além dos membros da Mesa, encontravam-se presentes os seguintes membros: -----

Manuel Albino Penteado Neiva,  
Sandra Nair Teixeira de Sá Bernardino,  
Tito Alfredo Evangelista e Sá,  
Otilio Silva Hipólito, em substituição de Luciana Brochado Azevedo,  
Maria Alexandra Campos Esteves Faria de Vilar,  
João Vítor Faria Couto, em substituição de Manuel Miranda Losa,  
Fernando Manuel da Silva Carvalho,  
Anabela Solinho Martins,  
Manuel Fernando Lima de Meira Torres,  
Maria Goreti Cardoso Lima,  
Carlos Jorge Vicente Capitão,  
Manuel José Cepa Pires Carneiro,  
Baltasar Almeida Costa,  
José Manuel Cruz Silva,  
José Maria Losa Esteves,  
Elisabete Ferreira Martins Santos,  
Tânia Sofia Lima Mota,  
Carla Alexandra Sá Pereira Morais Miquelino,  
Manuel José Sampaio Viana,  
Manuel António Lima Torres Ribeiro,  
Eduardo Oliveira Maia,  
Mário Pires de Boaventura,  
Luís António Sequeira Peixoto,  
Manuel Eiras Martins de Abreu,  
Tiago Filipe dos Santos Miranda, em substituição de Aurélio Mariz Neiva,  
Carlos Veiga Escrivães e  
Mário Ferreira Fernandes.

---Sendo 21 horas e 15 minutos, verificando-se a existência de “quórum” para o funcionamento da Assembleia, pelo Presidente da Mesa foi declarada aberta a sessão, encontrando-se presente o Presidente da Câmara Municipal, António Benjamim da Costa Pereira, em representação

*Ad AJ*

desta, bem como dos Vereadores:

Alexandra Suzana Abreu de Faria Carvalho Roeger,

António Sérgio Moreira Mano,

Rui Manuel Martins Pereira, em substituição de Fernando João Couto e Cepa,

Maria Angélica Barros Tomé da Cruz,

Mário Rui Pereira Ferreira Neiva Losa e

António Manuel da Cruz Azevedo Abreu.-----

**01 - PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA: \_\_\_\_\_**

**01.01 – APROVAÇÃO DA ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL, REALIZADA EM 24 DE SETEMBRO DE 2018 – PROPOSTA DE APROVAÇÃO.-----**

Foi presente a ata da sessão deste órgão, realizada no passado dia vinte e quatro de setembro de 2018 e cuja cópia foi distribuída por todos os seus elementos: -----

A ASSEMBLEIA MUNICIPAL DELIBEROU, POR UNANIMIDADE, APROVAR A ATA DA SESSÃO REALIZADA EM 24 DE SETEMBRO DE 2018.-----

Por não terem estado presentes nessa sessão ordinária não participaram na votação os Deputados Municipais José Maria Losa Esteves, Otilio Silva Hipólito, João Vítor Faria Couto e Tiago Filipe dos Santos Miranda.-----

**01.02 – CORRESPONDÊNCIA DIVERSA – PARA CONHECIMENTO.-----**

Foi dado conhecimento, pelo Presidente da Mesa, da correspondência recebida, tendo neste momento referido que a mesma foi distribuída por todos os membros da Assembleia Municipal

A ASSEMBLEIA MUNICIPAL TOMOU CONHECIMENTO.-----

**01.03 – INTERVENÇÕES DOS SENHORES DEPUTADOS MUNICIPAIS E DOS SENHORES PRESIDENTES DE JUNTA DE FREGUESIA.-----**

Interveio o Sr. Deputado Municipal, Penteadado Neiva, do Grupo Político do PPD/PSD, apresentando um voto de pesar, subscrito por todos os grupos políticos, que se transcreve:

**1 - VOTO DE PESAR PELO FALECIMENTO DO SR. JOSÉ GOMES DA CRUZ.**

*“Tendo falecido a 22 de Outubro de 2018 o Sr. José Gomes da Cruz, sogro da Sra. Vereadora Prof. Angélica Cruz, esta Assembleia, na sua reunião de hoje, 30 de Novembro de 2018, deliberou aprovar um Voto de Pesar pelo seu falecimento e que da mesma deliberação seja dado conhecimento à digníssima Família”.*-----

De seguida apresentou a Moção que se transcreve:

## **2 - MOÇÃO PELA REPOSIÇÃO DAS 15 FREGUESIAS DO CONCELHO DE ESPOSENDE.**

*“A Reorganização Administrativa do Território das Freguesias, implementada pela Lei n.º 11-A/2013 de 28 de Janeiro, dando seguimento ao estabelecido na Lei n.º 22/2012, de 30 de Maio, reduziu o número de freguesias, no concelho de Esposende, de 15 para 9.*

*Em todos os momentos, desde a apresentação de propostas, discussão da lei, até ao projecto final, as Assembleias de Freguesia, as Juntas de Freguesia, a Assembleia Municipal e a Câmara Municipal sempre se mostraram contra esta decisão tomada pela Assembleia da República e Governo, recusando-se a apresentar qualquer proposta de anexação por estar contra e, no momento oportuno, manifestou a sua total discordância a este novo quadro administrativo mormente o que se estabelecia, para o nosso concelho, no Anexo I ao art.º 3.º da respectiva Lei. Por todos considerada uma decisão ao arrepio da vontade da população, desde logo houve manifestações contra essa atitude, quer em sede de Assembleia Municipal, quer em movimentos de cidadãos, que saíram para a rua, quer mesmo em acções judiciais que foram apresentadas.*

*Sem dúvida que, volvidos cinco anos, esta lei se mostrou negativa na maioria dos casos. Também, se tivermos em conta os critérios apontados pelo Grupo Técnico da Assembleia da República, criado para reavaliar esta política de anexações, e propor, certamente, uma reposição das freguesias, verificamos que nada do que foi previsto resultou nomeadamente a melhoria de prestação de serviços à população, a eficácia da gestão pública, a representatividade traduzida na vontade política, o benefício com o aumento e concentração de eleitores nos territórios, o distanciamento da população às suas raízes históricas e identidade cultural;*

*i- Porque essa não foi a vontade da população do concelho de Esposende;*

*ii - Porque essa anexação em nada beneficiou a população das freguesias anexadas, antes pelo contrário, algumas delas, sentiram a perda de alguns serviços de proximidade;*

*iii - Porque passados cinco anos sobre a imposição dessa reforma administrativa se verifica em nada ter contribuído para o reforço do Poder Local antes, falhou em todos os seus pressupostos;*

*Solicita-se à Assembleia da República;*

*1 - Que legisle no sentido de uma nova Reorganização administrativa do território das freguesias;*

*2 - Que proceda, em diálogo com as Autarquias Locais e outros organismos, nomeadamente ANMP e ANAFRE, o mais rápido possível, à elaboração de uma nova legislação que venha a repor a identidade das freguesias anexadas que assim o desejem;*

*No âmbito municipal que esta Assembleia, a seu devido tempo, venha a convocar a população para um Referendo, a cada uma das extintas freguesias, no sentido de apurar a sua vontade em continuar, ou não, como freguesia anexa.*

*Assim, ao abrigo da alínea b) do n.º 1, Artigo 230 do Regimento desta Assembleia Municipal, propomos à Assembleia Municipal de Esposende a apreciação e votação da presente "MOÇÃO - PELA REPOSIÇÃO DAS 15 FREGUESIAS DO CONCELHO DE ESPOSENDE" e que esta deliberação seja dada a conhecer a Sua Ex.ª o Senhor Ministro da Administração Interna, ao Sr. Presidente da Assembleia da República, à Associação Nacional de Municípios Portugueses e à Associação Nacional de Freguesias.”*

De seguida fez a intervenção política que se transcreve:

*“Ex.mo Senhor Presidente da Assembleia Municipal de Esposende  
Ex.mo Senhor Presidente da Câmara  
Senhoras e Senhores Vereadores  
Senhoras e Senhores Deputados Municipais*

*Se a análise e avaliação ao trabalho desenvolvido pela autarquia se deva fazer, por norma, no final de cada ciclo eleitoral, não posso deixar de felicitar o sr. Presidente e demais Vereadores pelo excelente trabalho ao longo deste primeiro ano deste ciclo autárquico. O concelho está diferente, para melhor, são visíveis obras em todas as freguesias, em termos sociais Esposende tem sido um exemplo para outros municípios e merecido destaque em vários fóruns onde esta temática é abordada. Dou como exemplos recentes, a atribuição de uma merecida Menção Honrosa – somente foram atribuídas sete a nível nacional – integrada no Prémio Manuel António da Mota, que este ano distinguia as práticas “Por um Portugal Sustentável” e que premiou o excelente trabalho realizado pela nossa Loja Social. Realço, ainda, os resultados de um recente estudo realizado pela Fundação Francisco Manuel dos Santos no qual se abordava a Qualidade de Governação Local em Portugal e onde se faz a análise à qualidade e sustentabilidade dos serviços essenciais prestados pelas Câmaras, serviço de águas, saneamento e tratamento de lixos, tendo por base 22 indicadores. Neste estudo Esposende integra o grupo das 132 câmaras que têm um desempenho Bom ou mesmo Superior. De salientar, também, o realce dado ao Município de Esposende na II Gala da Educação para a Saúde promovido pela Liga Portuguesa Contra o Cancro.*

*E porque governar com transparência é permitir que os municípios conheçam e participem, ajudando o executivo na tomada de decisões, congratulamo-nos pelo facto do Sr. Presidente da Câmara ter promovido reuniões magnas onde se falou, abertamente, sobre o P.O.C Caminha-Espinho, mormente sobre o que se prevê para faixa costeira do nosso concelho, para uma plateia que esgotou completamente o Auditório Municipal e que se mostrou interessada em participar na sua discussão pública. No mesmo âmbito destacamos a assinatura de um Contrato Interadministrativo entre o nosso município e a APA – Agência Portuguesa do Ambiente por forma a promover a adaptação às Alterações Climáticas e a Prevenção e Gestão de Riscos. Destacamos, ainda, a consulta pública dos projectos que integram o Plano de Acção e Regeneração urbana que irão, certamente, enobrecer os espaços envolvidos. Por último não queremos deixar de referir que o Município de Esposende e a Empresa Municipal Esposende Ambiente foram solicitadas a dar o seu contributo e a partilhar as boas práticas em matérias de diversidade e inclusão, no II Forum Nacional para a Diversidade o que traduz a excelência dos serviços que se prestam no nosso concelho.*

*Ex.mo Senhor Presidente da Assembleia Municipal de Esposende  
Ex.mo Senhor Presidente da Câmara  
Senhoras e Senhores Vereadores  
Senhoras e Senhores Deputados Municipais*

*Não querendo fazer comentários a mais uma tragédia que ocorreu, desta vez em Borba, tendo*

*como cenário umas pedreiras, cujos trabalhos de exploração se encontravam suspensos há alguns anos e onde, mais uma vez, foi notório o desnorte de quem nos governa na assunção de responsabilidades e o silêncio confrangedor dos partidos que suportam o governo, pergunto ao Senhor Presidente da Câmara se sabe o que se passa com a exploração de caulinos em Vila Chã nomeadamente se foram definitivamente encerrados e, se sim, para quando o início da selagem das crateras de exploração que aí existem e não muito distantes de uma via pública. Coloco ainda uma segunda pergunta e esta tem a ver com as dragagens no estuário e barra do Cávado. Senhor Presidente para quando estão previstos esses trabalhos?"-----*

De seguida, interveio o Sr. Presidente da Junta da União de Freguesias de Apúlia e Fão, Luís Peixoto, apresentando a intervenção política que se transcreve:

*"Boa noite Senhor Presidente,  
Na sua pessoa cumprimento os colegas da Assembleia,  
Estimado público,*

*Eu estou aqui e se me permite, Sr. Presidente, para fazer um anúncio de uma iniciativa que a ANAFRE a nível regional vai tomar, portanto alguns dos meus colegas sabem que eu sou Vice-Coordenador da ANAFRE a nível distrital, ali o colega Mário Fernandes está na mesa da Assembleia também, e cumpre-me aqui puxar-vos um bocado à responsabilidade daquilo que vai ser o novo sistema de contabilidade a partir do dia 1 de janeiro. Já foi adiado, porque devia ter entrado em vigor neste ano que está agora a correr e portanto a ANAFRE, a nível distrital vai promover uma sessão de formação e esclarecimento sobre este novo sistema de contabilidade administrativa, que nos vai tocar a todos, vai tocar não só aos eleitos, vai tocar também aqueles que estão nas Assembleias de Freguesia, aqueles que são funcionários das Juntas de Freguesia e portanto estão abertas as inscrições.*

*Isto vai acontecer em Barcelos, que é aqui muito perto, no dia 15 de dezembro, será uma sessão durante todo o dia, mas será certamente produtiva para todos aqueles que estão envolvidos na gestão local.*

*É gratuita, as freguesias não têm que ser sócias da ANAFRE, e portanto aconselho-os vivamente a participarem na sessão.*

*Muito obrigado Sr. Presidente."-----*

De seguida, interveio o Sr. Deputado Municipal, Cepa Carneiro, do Grupo Político do PCP, apresentando a intervenção política que se transcreve:

*"Ex.mo Sr. Presidente da Assembleia Municipal e restantes elementos da mesa,  
Ex.mo Sr. Presidente da Câmara Municipal e restantes elementos da vereação presentes,  
Ex.mas Sras. e Srs. Deputados Municipais,  
Minhas senhoras e meus senhores,*

### **I. Reunião na AR**

*Em 17/10/2018 acompanhei a Comissão Peticionária da desagregação da freguesia de Mar que foi recebida na AR para expor as razões da petição e os desígnios posteriores. A justificação para a convocatória relacionou-se com o elevado número de subscritores da petição. Acompanhei a Comissão na qualidade de subscritor e de membro da AM.*

*A entrevista decorreu de modo muito cordial e viemos com as melhores expectativas relativamente à recuperação do direito a sermos de novo uma freguesia autónoma reparando, assim, o que nos foi usurpado pelo governo anterior.*

*Também serviu como forma de pressão sobre o governo para que não esqueça o que prometeu e resolver, de uma vez por todas, a injustiça desta união forçada e contra a vontade das populações e, também, porque não esquecemos o papel do atual PM enquanto presidente da CM de Lisboa como agregador de freguesias.*

*Foi transmitido à comissão o sentimento favorável à livre escolha das populações envolvidas no processo de agregação, que tem sido manifestado nesta AM.*

## **II. A Ferrovia**

*Esquecidos neste baixo Minho Litoral, realmente um privilégio da natureza, continuamos afastados das perspetivas de desenvolvimento e não se vislumbram tomadas de decisões que nos façam interagir com as regiões vizinhas e mesmo com Espanha.*

*As saídas através do mar estão bloqueadas, a costa está a sofrer uma forte erosão e os órgãos decisores continuam a tentar convencer-nos com soluções de duvidosa eficácia. O rio Cávado está altamente poluído e assoreado. Sem transportes públicos e obrigados a deslocações para o interior, ou temos soluções pessoais/familiares ou então, somos coagidos a situações constrangedoras.*

*Fomos esquecidos no início da ferrovia e assim continuamos quase no culminar do 1º quartel do século XXI.*

*Sr. Presidente:*

*O metro de superfície termina na Póvoa de Varzim e a linha férrea foi desviada para o interior, ignorando este concelho. Nunca terá sido ponderada pelo executivo a reclamação da ferrovia e respetiva ligação Póvoa de Varzim – Viana do Castelo a passar por este concelho?"*

De seguida, interveio o Sr. Deputado Municipal, Tito Evangelista, do Grupo Político do PS, apresentando uma recomendação, que se transcreve:

### **3 - RECOMENDAÇÃO À CÂMARA MUNICIPAL DE ESPOSENDE SOBRE A REVISÃO DO POC.**

*“O POC coloca os esposendenses perante vários desafios.*

*Um diz respeito à nossa relação, e ao futuro do nosso território;*

*Outro diz respeito à nossa relação com os municípios litorais vizinhos;*

*E um último diz respeito à avaliação dos comportamentos da Câmara Municipal nos últimos anos.*

*Começando por este último, não podemos deixar de manifestar a nossa estranheza por a Câmara ter incluído na última revisão do PDM, como zonas urbanizáveis, áreas de risco, como o PS sinalizou em reclamação apresentada durante o período de discussão pública do PDM/Esposende, de que anexamos cópia.*

*Nem podemos deixar de manifestar a nossa surpresa por ver aqueles que na área do ambiente, atual APA, e organismos congéneres, tenham dado o aval a que a Câmara de Esposende revise o PDM nessa deriva irresponsável, e agora se permitam propor a demolição de construções em zonas tanto ou menos sensíveis do que as que foram recentemente incluídas no*

*PDM revisto de Esposende como áreas urbanizáveis.*

*Acréscce que, não vemos avaliados na proposta de POC os impactos que a construção do canal, que a Câmara pretende construir à volta de parte da cidade de Esposende para prevenir cheias, irão originar, nomeadamente na zona onde vai desaguar o dito canal, a norte da praia Suave-Mar, e também no Rio Cávado, a sul dos estaleiros navais, impactes esses que não serão de pouca monta, e facilitarão o galgamento e a erosão entre a praia de Suave Mar e a de Cepães, riscos de inundações na cidade de Esposende para os quais o PS alertou aquando da revisão do PDM, e da impermeabilização de solos com o alargamento da zona industrial de Esposende, como se constata de documento que juntamos.*

*Passando à relação com os municípios vizinhos, a Câmara nunca teve uma posição suficientemente forte relativamente ao negócio de extração de areias no porto de Viana do Castelo, muitas foram retiradas e vendidas comercialmente, tendo chegado no passado a ser uma importante percentagem das receitas do porto de Viana, se não a maior, e as outras têm sido levadas para o mar e colocadas em local que não alimenta as praias a sul, revelando-se apenas um bom negócio para os extratores de areias.*

*As areias não colocadas nas praias a sul do porto de Viana, tem uma influência direta na erosão das praias do concelho de Esposende.*

*Igualmente não se viu a Câmara de Esposende a opor-se à extensão do esporão colocado no portinho de Castelo de Neiva, em Antas, e das outras a sul.*

*A Foz do Neiva em Antas passou de um local paradisíaco para a eliminação da praia, com o silêncio cúmplice dos autarcas de Esposende.*

*Quanto às propostas do POC propriamente ditas, e começando de norte para sul, propomos que sejam salvaguardadas as edificações na foz do Rio Neiva e a recuperação da praia de Antas, colocando se necessário, barreiras físicas em pedra, betão, ou outras construções idênticas, e colocação de pequenos esporões ao longo da costa, que permitam fixar areias como existe, por exemplo em França, na zona do País Basco Francês, realidade essa que se deve replicar ao longo da costa de todo o concelho de Esposende, nomeadamente nas zonas com consolidação urbana total, ou parcial, bem como na zona de praias históricas do concelho, a saber, Antas, Belinho, S. Bartolomeu do Mar, Cepães, Suave Mar, Fão (Ofir e Bonança), Apúlia (Pedrinhas, Cedovém, Couve e Ramalha).*

*De igual modo devem ser preservados os núcleos urbanos consolidados em Cepães, Esposende, Ofir (Hotel), Cedovém e Apúlia zona central.*

*Defendemos a consolidação da restinga entre o Rio Cávado e o Oceano, desde a zona do observatório de aves até à Barra com a fixação de uma estrutura em pedra, ou material análogo, que em conjunto com a dragagem do Rio Cávado, e o uso das respetivas areias para alimentar as praias, permitam a navegação segura e o uso regular e seguro da barra do Cávado quer para a pesca, quer para embarcações de recreio.*

*Entendemos ser absurda a intenção de demolir o Bar da Praia na Foz do Cávado, e as construções/habitações a norte desse Bar, como entendemos que demolir as construções de Cedovém em Apúlia com o argumento de defendê-las do avanço do mar, é absurdo.*

*Trata-se de um argumento falacioso, porque as mesmas encontram-se, quer na Praia Suave-Mar, quer em Cedovém, a uma cota superior a todo o núcleo urbano existente a nascente, seja em Esposende, seja da estrada de ligação entre Fão e Apúlia pelo litoral, na zona de Cedovém em Apúlia.*

*Ou seja, o argumento usado para demolir o núcleo urbano na Praia Suave Mar, em Esposende, e em Cedovém em Apúlia, obriga, por maioria de razão, a demolir as largas*



*centenas de fogos que existem a nascente, o que não está naturalmente previsto no POC. O que parece é que se está a usar o POC para resolver uma questão urbanística de Cedovém, demolindo a eito um núcleo sem qualidade urbanística, usando, para isso, o falso argumento da erosão costeira e avanço do mar.*

*Assim, para Cedovém propomos a requalificação dos edifícios onde funcionam os restaurantes, começando pela ligação imediata à rede de águas residuais dos esgotos dos mesmos, a título excepcional e precário, evitando situações de poluição eventualmente existentes.*

*Propomos ainda a requalificação dos edifícios de primeira habitação, cujos moradores residam efetivamente nos mesmos, e tenham o respetivo domicílio fiscal nessa morada, pelo menos desde 31 de dezembro de 2017, com ligação imediata a título precário e excepcional, dos esgotos, à semelhança do que propomos para os restaurantes.*

*Aceitamos a demolição das demais construções, não porque estejam em real risco, mas porque são clandestinas e destinam-se a segunda habitação.*

*Defendemos o corte dos esporões de grandes dimensões colocados em Apúlia e Fão, que provocam extensos fenómenos de erosão a sul, ao contrário dos pequenos esporões cuja colocação nos referimos acima.*

*Assegurar que as zonas urbanas consolidadas de Apúlia e Esposende, não terão outras condicionantes para além das já existentes no PDM de Esposende em vigor, ou seja, o POC não introduziria quaisquer alterações ao regime atual em vigor.*

*São estas as nossas propostas que pretendemos ver defendidas pela Câmara Municipal de Esposende, aceitas pelo Ministério do Ambiente e consagradas no POC.*

*Esposende, 30 de novembro de 2018.*"-----

De seguida fez a intervenção política que se transcreve:

*Agora, vou ser mais curto do que o habitual, só gostava de referir-me a alguns pontos, o primeiro diz respeito à questão do Campo do Fão, já sabem qual é a nossa posição quanto à questão do campo do Fão, mas há uma outra questão que entretanto surgiu e foi com estupefação que eu vi que uma parcela de terreno que estava incluída no Campo do Fão, pertencia à Câmara Municipal e o Sr. Presidente da Câmara doou, por despacho, coisa inédita, uma parcela de terreno. Mais, mandou fazer uma escritura de doação, que mandou assinar a Sr.ª Vice-Presidente em representação da Câmara, a doar essa parcela de terreno e depois leva à Câmara para a ratificação do despacho e a ratificação da doação feita por escritura. Para além de ser do ponto de vista jurídico, uma barbaridade na minha opinião, há uma questão que não se consegue justificar é qual é a urgência para o município de fazer uma doação dessas e fazê-lo por despacho? É que a urgência nos atos administrativos que permitem ao Presidente tomá-los e levá-los a despacho para ratificar são urgências para o município, não são urgências para terceiros e portanto essa urgência nessa questão, Sr. Presidente mais uma vez andou mal nessa área.*

*Depois, há uma questão também que eu gostava de referir, é o protocolo, ou acordo que o Sr. assinou com o Braga. A que propósito é que vai isentar o Braga de taxas e impostos municipais e dar outro tipo de facilidades?*

*O Braga que eu saiba, não é nenhuma coletividade do município de Esposende, é uma coletividade do município de Braga, quem tem que isentá-lo de impostos e dar apoios ao*

*Braga é a Câmara de Braga, não é a Câmara de Esposende. E depois, até lhe vai fazer uma variante, aquela que o senhor disse aqui num período de intervenção do público, de um amigo meu que é conhecido por Tito Gaifém, embora o nome dele não seja Tito, mas toda a gente o conhece como tal, em junho de 2017, ele veio perguntar quando é que fazia a variante e o senhor Presidente disse que gostaria muito mas que não tinha dinheiro, porque custava três milhões de euros, mas agora para o Campo do Fão, ou seja, do Braga, que não é do Fão, já vai fazer uma variante!*

*Tem lá há oito anos um centro escolar com dificuldades de acessos, com problemas de escoamento de águas pluviais, durante oito anos não houve dinheiro para fazer a variante para as crianças, mas agora há dinheiro para fazer para o Campo do Braga.*

*Portanto Sr. Presidente, andou mais uma vez mal nesta área.*

*Quanto à questão da moção do PSD sobre as freguesias, gostei de ver o Sr. Dr. Neiva a reconhecer que o Governo anterior falhou a toda a linha e há só aqui uma questão que eu gostava de lhe colocar e eu concordo completamente com a vossa moção, exceto num ponto que eu acho que deve ser esclarecido, é que na consulta a fazer por referendo, devem ser consultadas as freguesias originárias e não a freguesia agregada, sob pena de, por maioria de voto numa freguesia grande, dizer que quer ficar unida e os mais pequenos não quererem e serem obrigados a ficar com eles. Portanto, essa questão não está explícita.*

*Depois, quanto à intervenção do Sr. Dr. Neiva, de elogio à Câmara, é um clássico, não se esperava outra coisa que não fosse dizer que este Presidente da Câmara é o melhor do mundo, mas também dizia o mesmo do anterior, João Cepa, portanto, julgo que se cá estiver, do próximo dirá o mesmo, se for do mesmo partido, senão não dirá.*

*Quanto às pedreiras de Borba Sr. Dr. eram uma boa razão para o PSD estar calado, porque segundo se constou agora, em 2014 o Secretário de Estado, foi avisado do que se estava a passar e não agiu, portanto não pode dizer que este Governo tem culpa do que se passou em Borba e não assume as responsabilidades. Ele assume as responsabilidades, dentro daquilo que é a responsabilidade da Administração Pública, mas quem tinha responsabilidade direta, era o Governo que estava em funções na época, que era o Governo do seu partido, juntamente com o da Dr.ª Cristas, que também sofre de amnésia absoluta.*

*Senhor Presidente, é tudo para já, obrigado!"-----*

Seguidamente, interveio a Sr.ª Deputada Municipal, Tânia Mota, do Grupo Político do CDS, apresentando a seguinte intervenção política:

*“Os meus cumprimentos ao Senhor Presidente da Assembleia Municipal,  
Ao Senhor Presidente da Câmara, aos senhores e às senhoras Vereadores,  
Às senhoras e senhores Deputados Municipais,  
E a todos os demais presentes,*

*Eu hoje, venho, embora seja de prever que a sessão vá ser longa, trago aqui algumas questões dirigidas ao Sr. Presidente, sendo certo que, já aqui falei anteriormente em pormenores e em por maiores, e hoje vou novamente falar. E vou falar pelo seguinte, há cerca de um ano, precisamente no dia 18 de dezembro de 2017, e é certo que isto é um pormenor, mas é um por maior como eu já à frente vou explicar e já tive oportunidade de o dizer, foi aqui deliberado por unanimidade a colocação de uma extensão de wi-fi neste local, para facilitar os trabalhos de quem cá vem trabalhar. Até agora, tanto quanto sei, zero Sr. Presidente. Perguntava-lhe se*

*esta é uma daquelas medidas que custa tanto a executar. Já está disponível?*

*Fica o esclarecimento dado, ainda bem. Desde quando já agora, deixava a pergunta.*

*E continuando nos pormenores e nos por maiores, falaria agora do Centro de Negócios, sendo certo que na anterior sessão, não levantei aqui qualquer questão em relação a esse respeito e porque já antes tinha solicitado uma cópia do contrato, que demorou, mas chegou, foi preciso fazer algum burburinho, mas ela chegou, neste momento cumpre-me, senhor Presidente perguntar-lhe, se a Câmara já tratou dos projetos que tinha a tratar, e cumpre-me perguntar qual é o ponto de situação e porque é que o Centro de Negócios não funciona. É certo que, desde há algum tempo e durante um período de seis meses, está suspenso o pagamento de rendas, mas esse período também já está a acabar e eu pergunto-lhe porque não funciona o Centro de Negócios e se não funciona, Sr. Presidente, lamento dizer-lhe mas a responsabilidade é sua, e é sua porque isto é um assunto pendente desde há muito tempo e que custa caro como sabe, embora por diversas vezes lhe tenha perguntado até o valor da renda e acabou por dizer mas com algum custo, porque de facto, no fundo, admitir-se que se pagam 5.000,00 euros ou mais por mês, para termos um local parado e que era essencial para o desenvolvimento do concelho, eu percebo que custe a resposta a dar, mas neste momento perguntava-lhe qual é o ponto de situação, se os projetos estão já prontos e quando é que arranca. Porque de facto, quer para quem queira vir investir no concelho, quer para os empresários locais, é uma infraestrutura que reconheço que faz falta, agora, faz falta a funcionar, não é um prédio vazio e que nós passamos lá e é um prédio muito bonito, mas pagar por um prédio bonito e vazio, não me parece nada bem.*

*E já que tive acesso ao contrato dir-lhe-ia também uma coisa, até porque, já nas anteriores sessões quando lhe pedi esclarecimentos a este propósito, a dado passo, o Sr. Presidente referiu que, haveria ali algum problema com a afetação do imóvel, que haveria algumas dificuldades junto até da senhora Notária, mas eu tenho que lhe dizer, Sr. Presidente que, consta do contrato de forma expressa que o imóvel está apto para os fins a que se destina, não percebo qual é a dificuldade, ou então, a cláusula que lá está, não se percebe, ou está apto, ou não está apto, também já agora o esclarecimento era relevante.*

*Passado este assunto, perguntava o seguinte, relativamente à obra que também tardou, mas iniciou na Nacional 13 em Fão junto à farmácia, perguntava-lhe também o ponto de situação porque me parece que, neste momento ela está parada e se está parada, perguntava porquê.*

*Relativamente a um outro assunto que também já tive oportunidade de questionar e sendo certo que o Sr. Presidente avança sempre que, bom, quem vem aqui falar de algumas ideias ou dar algumas sugestões acaba por plagiar ideias do PSD, perguntava-lhe qual é o ponto de situação de um eventual projeto para o Mercado Municipal, ou se ele vai continuar no estado em que se encontra, durante muito tempo.*

*Relativamente aos projetos estruturais para o concelho de que ouvimos falar já há muito tempo, sendo um deles o Parque da Cidade, temos novidades? Ou ficamos apenas pelos grandes projetos, pelas grandes ideias, se puder esclarecer, também agradecia.*

*Terminava entretanto, com uma referência ao POOC, houve aqui no concelho uma sessão de esclarecimento, que aliás foi muito participada e louva-se a realização da iniciativa e ainda bem que foi participada, lamento apenas, tenho que dizer, que ouvi as mesmas respostas e as mesmas justificações de sempre. Ou seja, o que quero com isto dizer, é que soluções práticas, para os problemas ou para as questões que existem, não ouvi nenhuma, ficamos pelas abstrações, pelas generalidades, ainda vamos fazer mais alguns projetos, ou seja, ainda vão nascer mais alguns projetos, isto ainda vai passar tudo pela especialidade, mas e soluções, Sr.*

*Presidente várias pessoas que estiveram naquela sessão, levantaram-lhe precisamente essa questão, quais são as soluções concretas, o que é que se vai fazer exatamente, se vai haver demolições e nos casos em que elas vão acontecer, quais são as alternativas, as pessoas vão para onde, os estabelecimentos vão para onde?*

*No fundo eram estas as questões que por ora queria deixar.*

*Muito obrigada!"*

Por último, interveio a Sr.<sup>a</sup> Deputada Municipal, Sandra Bernardino, do Grupo Político do JPNT, apresentando a seguinte intervenção política:

*"Boa noite, os meus cumprimentos a todos os presentes, eu vou fazer uma intervenção e vou fazer uma recomendação.*

*Numa das últimas Assembleias Municipais, quando confrontado com a questão dos pressupostos do negócio de permuta do espaço da loja social, o senhor presidente referiu, e passo a citar: "uma vez que nos deram a oportunidade de permutar com esse edifício, e é de permuta que estamos a falar, com claro benefício para o Município" fim de citação.*

*Aquilo que vemos nos documentos de gestão previsional para o ano de 2019 é um valor de 120.000€ para a concretização do negócio.*

*Questionado pelo vereador do JPNT na penúltima reunião de Câmara, o senhor presidente referiu que tal valor estava destinado à realização de obras que poderiam ficar sob a responsabilidade do atual proprietário do espaço.*

*Assim sendo, ficam algumas questões:*

*- A quem efetivamente interessa o negócio de permuta: à Câmara ou ao Proprietário que quer alargar o espaço da exploração industrial?*

*- Não acha, Sr. Presidente, que aquilo que estava previsto inicialmente como permuta, se está a tornar um negócio pouco claro, com valores de obras que deveriam efetivamente ser realizadas com quem quer permutar?*

*- E se o maior interessado é, como deveria, a Câmara Municipal, não seria melhor vender o atual espaço e adquirir um outro, com as obras de adaptação a serem realizadas pela Câmara Municipal, controlando assim os custos e fiscalizando o que lá se vai fazer?*

*Sr. Presidente, relativamente ao Centro de Negócios, isso já foi aqui referido, mas eu não vou perguntar como é que está o processo, porque já todos percebemos que está parado.*

*Mas, Sr. Presidente, entre rendas, projetos de adaptação, projetos de modelo de funcionamento, já voou de dinheiro dos municipes, bem mais do que 250.000,00 €.*

*Prestes a terminar o período de suspensão do pagamento de rendas, fica a questão:*

*- A Câmara vai avançar com as obras? Vai voltar a pagar renda a partir de que mês? Com que valor?*

*E agora outra questão relacionada com a Zendensino.*

*Faz amanhã 8 dias que acordamos com o jornal nacional "Sol" a dar destaque a uma instituição do concelho, precisamente a Zendensino, que é detida em 49% pela Câmara Municipal.*

*Aliás, o destaque de 1ª página só rivalizou com aquele a quem o senhor presidente apoiou na luta interna pelo PSD há uns meses atrás e que hoje lidera um outro partido político: o*

*Aliança.*

*O referido destaque não foi dado pelas melhores razões.*

*Mais uma vez a Zendensino é falada por irregularidades e má gestão dos dinheiros públicos. Segundo palavras da Senhora Vereadora da Educação na referida reportagem, os factos são do passado e nada têm a ver com a atualidade.*

*Em certa medida concordamos. E dizemos em certa medida porque sabendo o senhor presidente e este executivo municipal de situações gravosas ocorridas no passado, algumas delas fáceis de comprovar mesmo sem qualquer investigação, foi este mesmo executivo que deu protagonismo e colocou novamente essas pessoas em lugar de destaque e com capacidade e poder de decisão.*

*Foi este executivo municipal que fez ouvidos de mercador a denúncias que recebeu. Se houvesse rigor e preocupação, sendo a Câmara Municipal um dos principais cooperadores da Cooperativa, e a única entidade pública envolvida, devia ela própria dar passos no sentido de a verdade vir ao de cima e despoletar uma investigação com vista ao apuramento e clarificação das denúncias. Para o bem de todos!*

*Ao invés, meteu a cabeça na areia e agora diz que os factos são do passado. São do passado, mas os intervenientes, senhor presidente estão lá, com poderes reforçados e mais uma vez com a bênção deste executivo municipal.*

*Duas perguntas a este respeito:*

- 1 - Tem a Câmara Municipal conhecimento de alguma investigação envolvendo a Zendensino?*
- 2 - Não pensa tomar medidas no sentido de acautelar o bom nome da instituição, afastando os protagonistas dos lugares de decisão até que a verdade dos factos seja apurada?*

*Relativamente às dragagens, já foi aqui referido, em maio o sr. Presidente informou que a dragagem e as obras na doca de pesca teriam início no mês seguinte.*

*Já passaram 4 meses e nem sinal da draga, nem estaleiro da obra para a intervenção da doca. Aliás, o estaleiro de obra da dragagem que foi colocado em terreno na marginal, já praticamente não existe e foram de lá retirados todos os contentores.*

*Percebe-se também muita preocupação da comunidade piscatória local que diz não ter sido recebida pelo Sr. Presidente.*

*Assim, reitero a pergunta já aqui feita pelo Dr. Neiva, afinal, Sr. Presidente, o que vai ser feito e quando vão ter início as intervenções que foram anunciadas a letras gordas no boletim municipal com promessas de milhões de investimento?*

*Feito um apelo público do clube ao apoio e mobilização da sociedade civil para a intervenção na cobertura do pavilhão desportivo do Centro Social de Mar, pergunto:*

*O que tenciona a Câmara Municipal fazer para a resolução do problema?*

*Vai apoiar a intervenção?*

*Foram feitas algumas diligências?*

*E relativamente agora a uma outra questão que é a APPACDM, perante a questão na penúltima reunião de Câmara do Vereador do JPNT sobre o estado e a necessidade de intervenção nas instalações da APPACDM, e se estava prevista alguma intervenção ou está pensada a construção de um novo equipamento que vá de encontro às necessidades da instituição e das dezenas de jovens que a frequentam, para além de outros tantos que não têm*

*lugar e têm de procurar alternativas fora do concelho, o senhor presidente referiu que está a ser ponderada pela segurança social, a deslocalização do equipamento para Apúlia.*

**Confirma senhor presidente?**

***Vai a Câmara Municipal, mais uma vez, sacudir a água do capote e nada fazer pela instituição e seus utilizadores, deixando nas mãos de outras entidades decisões importantes e que deviam ser estratégicas pois têm a ver com o bem-estar das pessoas?***

*Agora, relativamente a uma questão que é o prédio de Apúlia, em abril de 2016, no Boletim Municipal, com destaque de primeira página estava escrito e passo a citar: "Prédio de Apúlia já é propriedade do Município", dizendo ainda "situação que se arrasta há mais de 10 anos está finalmente resolvida". Estamos a falar como sabe, daquele prédio de 4 pisos, em tijolo, na frente da praia da Couve em Apúlia!*

*Cerca de 3 anos depois, o prédio está igual, nem melhor nem pior!*

*Sr. Presidente, a notícia é de inícios de 2016, não fomos nós que a escrevemos!*

***O que é que o Sr. Presidente pretende fazer com este prédio?***

*E relativamente ao Canal, também já aqui foi referido, em junho de 2016, mais uma vez no Boletim Municipal, com chamada à primeira página diz o seguinte: "Construção de Canal para prevenir cheias, começa em 2017".*

*No desenvolvimento da notícia diz ainda o seguinte: "a obra promovida pelo município, com investimento a rondar os 4 milhões de euros, deve iniciar-se em maio do próximo ano" (seria em 2017).*

*Em agosto de 2016, mais uma notícia de primeira página, no Boletim Municipal: "Canal anti cheias submetido a candidatura". No corpo da notícia e de forma a sensibilizar os proprietários já refere que é um investimento a rondar os 4,5 milhões de euros, referindo que o município está a avançar com os contactos dos proprietários e reitera que "a obra deve avançar para o terreno em maio" (2017).*

*Em fevereiro de 2017, mais uma vez, mereceu título de primeira página do Boletim Municipal: "Aprovada a candidatura do canal interceptor de Esposende" – no desenvolvimento da notícia diz ainda: acaba de ser aprovado o Fundo de Coesão ao abrigo do POSEUR de 4.991.795,96€ para o canal. A meio da mesma notícia e entre aspas: "esta obra tem-se revelado exemplar pela forma como todas as partes têm contribuído para a sua realização. Os interesses coletivos foram colocados acima dos particulares..."*

***Pergunta-se:***

***Mas que obra Sr. Presidente?***

***Já algum dos proprietários de terrenos, dos que assinaram o contrato promessa de compra e venda, recebeu dinheiro?***

***Se não, não acha que a Câmara arrisca a que alguns possam já não aceitar o acordo? – é que entretanto já se passaram 3 anos!***

***De uma vez por todas, diga, com firmeza e seriedade: quando é que começa a obra?***

*E vou finalizar, Sr. Presidente foi posto para consulta pública no dia 23/11 até ao dia 03/12 (ou seja 5 dias úteis) projetos importantes como os que integram o PARU.*

*Não acha Sr. Presidente que este tipo de projetos mereciam mais tempo e maior envolvimento da população, designadamente através das juntas de freguesia."-----*

De seguida apresentou a recomendação que se transcreve:

**4 - RECOMENDAÇÃO À CÂMARA MUNICIPAL DE ESPOSENDE SOBRE OBRA SANEAMENTO BÁSICO NA UNIÃO DE FREGUESIAS DE ESPOSENDE MARINHAS E GANDRA, LUGAR DO OUTEIRO NASCENTE – 1ª FASE.**

*“A obra respeitante ao Saneamento Básico na União de Freguesias de Esposende Marinhas e Gandra, Lugar do Outeiro Nascente – 1ª Fase teve início há cerca de 1 ano e com um prazo de duração de 240 dias.*

*Cremos que o prazo para a sua conclusão se encontra há muito ultrapassado, mas esse não é o problema maior.*

*Preocupa-nos sobretudo a segurança da população, mormente das crianças que frequentam a Escola Primária de Pinhote.*

*É que para além de todos os constrangimentos que tal obra acarreta, designadamente o facto das pessoas serem obrigadas a percorrer o imenso lamaçal que ali se encontra, muitas delas a pé e com os filhos ao colo, é inadmissível que se tenha permitido a instalação do estaleiro de obra, ao lado da escola.*

*Sr. Presidente, não é preciso ser muito inteligente para se perceber que as crianças não estão preparadas para ler e interpretar a sinalética de impedimento de acesso ao estaleiro.*

*Não obstante, o estaleiro está lá, ao lado da Escola, acessível a qualquer criança curiosa.*

*Pelo estado da obra, facilmente se depreende que a conclusão da obra vai tardar e, para não variar, os mais prejudicados serão os mesmos de sempre: os munícipes.*

*Neste sentido, propomos que a Assembleia Municipal, reunida na sua sessão de 30 de novembro de 2018, delibere recomendar à Câmara Municipal que, enquanto Dono de Obra, exija junto do empreiteiro a colocação da primeira camada de tapete betuminoso no acesso norte até a entrada principal da Escola, com determinação do prazo estritamente necessário para esse efeito, sob pena de resolução contratual.*

*Muito obrigada!”*-----

Terminadas as intervenções políticas, o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, propôs, colocando à deliberação da Assembleia, a prorrogação do período de Antes da Ordem do Dia por igual período, para votação do Voto de Pesar, da Moção e das Recomendações apresentadas, tendo a mesma sido aprovada por unanimidade.-----

O Deputado Municipal Tito Evangelista pediu a palavra para colocar uma questão relativamente à moção apresentada pelo PSD, tendo referido:

*“Na parte final onde diz: “No âmbito municipal que esta Assembleia, a seu devido tempo, venha a convocar a população para um Referendo no sentido de apurar a sua vontade em continuar, ou não, como freguesia anexa”, deveria dizer: “venha a convocar a população para um Referendo, a cada uma das extintas freguesias, no sentido de apurar a sua vontade em continuar, ou não, como freguesia anexa” para que não hajam dúvidas.”*-----

De seguida o Sr. Presidente da Câmara pediu a palavra ao Presidente da Mesa, tendo esclarecido que era esse exatamente o teor daquilo que foi proposto e que seria alterada a redação desse parágrafo, tal como proposto.-----

Pelas vinte e duas horas o Senhor Presidente da Assembleia Municipal propôs suspender os trabalhos, por cinco minutos para conferência de líderes.-----

Pelas vinte e duas horas e dez minutos, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal retomou os trabalhos, questionando os senhores deputados municipais se havia algum pedido de esclarecimento, tendo nesse momento o deputado municipal Penteado Neiva pedido a palavra, para questionar o deputado municipal Titó Evangelista, no sentido de saber se queria manter a sua intervenção como uma recomendação à Câmara, uma vez que é do entendimento do PPD-PSD que, e estando de acordo com muitos dos pontos que ali apresentava, não com todos, mas com alguns desses pontos, seria interessante que aquele documento apresentado por parte do PS fosse remetido para o portal participa.pt da APA, com o entendimento do PS local, porque não era propriamente a Câmara que tinha que fazer isso, e portanto que aquele documento fosse, não uma recomendação à Câmara, para que aquilo fosse “cumprido”, mas podia ser uma proposta do PS, neste momento em que estava em discussão e que estava aberta até dia 14 a aceitação de propostas.-----

O deputado municipal Tito Evangelista, referiu:

*“Não, isso é uma recomendação que nós fazemos à Câmara, o que nós vamos fazer no portal, é connosco, e também vamos fazer, mas cada coisa tem o seu plano.”*-----

De seguida o Presidente da Mesa da Assembleia colocou à votação os assuntos propostos no período de Antes da Ordem do Dia, tendo-se obtido as seguintes votações:

**1 - VOTO DE PESAR PELO FALECIMENTO DO SR. JOSÉ GOMES DA CRUZ.**-----

A ASSEMBLEIA MUNICIPAL DELIBEROU, POR UNANIMIDADE, APROVAR UM VOTO DE PESAR PELO FALECIMENTO DO SENHOR JOSÉ GOMES DA CRUZ.-----  
MAIS DELIBEROU TRANSMITIR ESTE VOTO À DIGNÍSSIMA FAMÍLIA.-----

**2 - MOÇÃO PELA REPOSIÇÃO DAS 15 FREGUESIAS DO CONCELHO DE ESPOSENDE.**-----

A ASSEMBLEIA MUNICIPAL DELIBEROU, POR UNANIMIDADE, APROVAR A MOÇÃO APRESENTADA PELO GRUPO POLÍTICO DO PPD-PSD.-----  
MAIS DELIBEROU QUE DA MESMA SEJA DADO CONHECIMENTO A SUA EX.ª O SENHOR MINISTRO DA ADMINISTRAÇÃO INTERNA, AO SENHOR PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA, À ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE MUNICÍPIOS PORTUGUESES E À ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE FREGUESIAS.-----

Pelo Presidente da Junta da União de Freguesias de Apúlia e Fão, foi apresentada a declaração de voto que se transcreve: *“É de saudar a chegada do PSD ao comboio, que já estava a circular há bastante tempo, e se neste momento estivéssemos em 2013, estou convencido então que os meus colegas Presidentes de Junta tinham todos uma faixa negra com letras brancas, a dizer não à agregação.”*-----



### 3 - RECOMENDAÇÃO À CÂMARA MUNICIPAL DE ESPOSENDE SOBRE A REVISÃO DO POC.-----

A ASSEMBLEIA MUNICIPAL DELIBEROU, POR MAIORIA, REJEITAR A RECOMENDAÇÃO APRESENTADA PELO GRUPO POLÍTICO DO PS, COM 17 VOTOS CONTRA DOS MEMBROS DO GRUPO POLÍTICO DO PPD/PSD, 4 ABSTENÇÕES DO MEMBRO DO GRUPO POLÍTICO DO CDS-PP E DOS PRESIDENTES DAS JUNTAS DE FREGUESIA DE FORJÃES, DE VILA CHÃ E DE GEMESES; E 9 VOTOS A FAVOR DOS MEMBROS DO GRUPO POLÍTICO DO PS, DOS MEMBROS DO GRUPO POLÍTICO DO JPNT, E DO MEMBRO DO GRUPO POLÍTICO DO PCP.-----

Pelo membro do Grupo Político do PPD-PSD foi apresentada declaração de voto que se transcreve: *“O Grupo Político do PSD vota contra a Recomendação do PS à Câmara, sobre o POC na área do litoral de Esposende, não por estar contra o teor de algumas das opções apresentadas, mas porque este documento/recomendação deveria ser enviado directamente para o Portal Participa.pt que, até ao dia 14 de Dezembro está disponível para receber contributos para enriquecimento do respectivo POC. É nossa opinião que o mesmo deverá, assim, ser enviado à APA como contributo do Partido Socialista de Esposende. Mais entendemos que sendo o partido do governo, e a APA ser tutelada pelo Ministro desse agrupamento político, poderá a mesma recomendação ser aceite e analisada com mais atenção.”*-----

Pelo membro do Grupo Político do CDS-PP foi apresentada declaração de voto que se transcreve: *“Abstenho-me não obstante o facto de concordar com muitas das propostas vertidas na recomendação, não obstante em relação a algumas delas, surgem-nos algumas dúvidas, nomeadamente quanto à questão da requalificação de edifícios de primeira habitação, da sua manutenção exactamente naquele local, principalmente porque entendemos que tem que ser salvaguardada a segurança quer das pessoas que ali habitam, quer também a segurança dos estabelecimentos comerciais e no fundo, temos dúvidas se será esta a solução que salvaguarda essa segurança, porque, há aqui uma questão que é ponderável, mas que é imponderável, que é o avanço do mar e que pode comprometer no fundo, a bondade desta proposta, porque em tese até concordo com ela, do ponto de vista ideal era isto que gostávamos que acontecesse, mas na prática, no fundo temos dúvidas quanto ao facto de ser a melhor das soluções.”*-----

Pelo membro do Grupo Político do PS foi apresentada declaração de voto que se transcreve: *“A proposta que agora foi selada e que levou a que o PSD votasse contra, veio desmistificar e fazer cair a máscara do PSD sobre esta matéria, ou seja, o PSD diz uma coisa às pessoas, mas chegando o momento da verdade, comporta-se e porta-se ao lado contra elas. E por isso, há pouco votamos uma moção que não tinha da parte do PS concordância total, e então de boa-fé, como eu acho que deve ser o comportamento dos membros desta Assembleia, propusemos ao PSD que fizessem as alterações pontuais necessárias para que pudesse gozar do nosso voto a favor. No caso da nossa recomendação, o PSD não quis saber quais eram os pontos que estavam contra e refugiou-se numa questão meramente formal que era fazer reclamação para o portal, como se uma coisa fosse impeditiva da outra. A recomendação era à Câmara, para*

*que a Câmara defendesse estas posições junto do Ministério do Ambiente, junto da APA, junto de quem tem competência para elaborar o POC.*

*O PSD não estava, nem está interessado na resolução dos problemas do concelho, muitos dos quais, ao longo destas dezenas de anos que está à frente do município, nunca resolveu e agora mais uma vez, pôs-se do lado de posições que não são as da população, nem são dos interesses do município, mas são de alguns interesses mais ou menos opacos.*-----

#### **4 - RECOMENDAÇÃO À CÂMARA MUNICIPAL DE ESPOSENDE SOBRE OBRA SANEAMENTO BÁSICO NA UNIÃO DE FREGUESIAS DE ESPOSENDE MARINHAS E GANDRA, LUGAR DO OUTEIRO NASCENTE – 1ª FASE.**-----

A ASSEMBLEIA MUNICIPAL DELIBEROU, POR MAIORIA, REJEITAR A RECOMENDAÇÃO APRESENTADA PELO GRUPO POLÍTICO DO JPNT, COM 17 VOTOS CONTRA DOS MEMBROS DO GRUPO POLÍTICO DO PPD/PSD, 2 ABSTENÇÕES DOS PRESIDENTES DAS JUNTAS DE FREGUESIA DE FORJÃES E DE VILA CHÃ, E 11 VOTOS A FAVOR DOS MEMBROS DO GRUPO POLÍTICO DO JPNT, DOS MEMBROS DO GRUPO POLÍTICO DO PS, DO MEMBRO DO GRUPO POLÍTICO DO CDS-PP, E DO MEMBRO DO GRUPO POLÍTICO DO PCP.-----

Pelo membro do Grupo Político do PPD-PSD foi apresentada declaração de voto que se transcreve: *“O Grupo Político do PSD vota contra a Recomendação do JPNT à Câmara, sobre as obras de saneamento básico na União de Freguesias de Esposende, Marinhãs e Gandra, no lugar do Outeiro, pois é nosso entendimento que não será exequível ao executivo exigir do empreiteiro que altere, sem causa justificada, o que está contratualizado. Somos de opinião que o executivo, e assim o fará, procure minimizar os efeitos das obras, ao longo do inverno, junto da população em geral.”*-----

Terminadas as votações sobre o voto de pesar, a moção e as recomendações, passou-se para a Informação Escrita do Senhor Presidente da Câmara Municipal de Esposende, tendo nesse momento o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia questionado os Senhores Deputados Municipais e os Senhores Presidentes de Junta se tinham alguma questão sobre a mesma, tendo a Senhora Deputada Municipal Sandra Bernardino pedido para colocar algumas questões.

#### **INFORMAÇÃO ESCRITA DO PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL:** \_\_\_\_\_

Pediu esclarecimentos a Senhora Deputada Municipal Sandra Bernardino, nos seguintes termos:

*“Exmo Senhor Presidente da Câmara Municipal:*

*Está aberta a Discussão pública da Proposta para a Orla Costeira Caminha- Espinho, na qual são ponderadas todas as observações e sugestões.*

*Todos sabemos que o POC, surge como um instrumento enquadrador para a melhoria, valorização e gestão de recursos presentes no litoral e que existe uma preocupação especial*

*com a protecção e integridade biofísica do espaço, com a valorização dos recursos existentes e com a conservação de valores ambientais e paisagísticos.*

*Congratulamo-nos pelo de facto de, ainda que esta assembleia tenha votado em maioria contra a nossa recomendação, na freguesia de Apúlia em Pedrinhas e Cedovém, estejam a ser tomadas as devidas diligências no sentido da preservação e requalificação de alguns dos espaços existentes que bem caracterizam a localidade.*

*Perguntamos se o mesmo vai acontecer com a casa do cônego, o chamado edifício "PEROLA", também em Apúlia que, e muito bem, foi adquirido em 2017, por esta autarquia.*

*Sr. Presidente, já existe projecto de requalificação para o edifício ou, tendo a conta a sua localização, vai ser demolido?????*

*No passado dia 19 de Novembro realizou-se no auditório municipal uma sessão de esclarecimento relativamente ao POC.*

*Nessa sessão, foi dito pelo Eng.º Pimenta Machado que estão previstos 27 milhões de euros para dragagens, no entanto, quando confrontado com a notícia vinda do Ministério do Mar, de que as dragagens no rio Cávado estavam suspensas, o Sr. Presidente, em defesa da honra do Sr. Eng.º Pimenta Machado negou perante toda a plateia e comunicação social, tal informação.*

*Afinal estão ou não contempladas neste POC a dragagens do Rio Cávado?*

*Que intervenção está prevista para a barra de Esposende?*

*Será que apenas vamos continuar a investir em projectos?*

*Venda do Centro Desportivo do CF Fão*

*Relativamente a este assunto a posição do JPNT foi tornada pública e reafirmamos nesta Assembleia que o negócio de venda do melhor equipamento desportivo do concelho a um privado, pelos valores envolvidos e tendo presente o dinheiro público lá investido e o património que o CF Fão perdeu, foi um rude golpe e o delapidar de património que saiu das mãos de uma instituição local e passou para um privado, a Braga SAD.*

*Clubes à parte, pois nos órgãos próprios decidiram avançar para o negócio, não podemos deixar de referir que este executivo municipal ficará ligado para sempre a uma venda ruínosa de património concelhio.*

*Aliás, seria muito interessante perceber o que pensam os senhores presidentes de junta aí sentados, se um dos principais equipamentos da sua freguesia e que tanta falta faz para os seus fregueses, construído com muitos dinheiros públicos, fosse vendido ao desbarato a um privado. Aceitavam? Pelos vistos sim!*

*E senhor Presidente, a expectativa de investimento futuro é apenas isso, uma expectativa, pois com tantas cláusulas de salvaguarda e de defesa da posição da Braga SAD, só com muito boa vontade é que o investimento de milhões será feito a breve prazo.*

*Mas há outro aspeto que nos preocupa:*

*Foi assinado um acordo de cooperação entre o Município de Esposende um privado – a Braga SAD. Acordo este que não é mais do que um conjunto de isenção de taxas, IMI, IMT e outras, que advenham deste e de negócios futuros. É isso que está escrito!*

*Acordo que nenhum outro clube do concelho teve oportunidade de subscrever com a Câmara Municipal.*

*Acordo que a curto e médio prazo vai tornar os clubes do concelho de Esposende, meros formadores de atletas para o SC Braga. Hoje o concelho pode orgulhar-se de ter clubes com equipas competitivas, que lutam com os melhores emblemas do distrito e com títulos nos vários escalões.*

*Com a bênção da Câmara Municipal neste negócio, o “tubarão” Braga vai atacar em força os clubes do concelho, que vão ficar apenas e só com os atletas que o emblema bracarense não quer.*

*Efetivamente Senhor Presidente e senhor vereador do desporto, ambos ficarão ligados a um negócio que pode efetivamente a curto e médio prazo desmotivar e desprestigiar aqueles que ao longo de tantos anos têm feito pela formação e desenvolvimento da modalidade de futebol: os clubes do concelho.*

*E temos uma certeza, os clubes do concelho nunca mais serão os mesmos, para pior! Muito obrigada.”*-----

Pediu também esclarecimentos a Senhora Deputada Municipal Tânia Mota, nos seguintes termos:

*“Falaria também aqui sobre o ponto 40 – quanto ao facto de o Município ter assinado um acordo de cooperação com o Sporting Clube Braga, SAD, e a este propósito, até porque a informação escrita que aqui vem do senhor Presidente à semelhança do que vem sendo já hábito, vem aqui dito um conjunto de coisas que a mim me parecem algumas, lamentavelmente, e até pelo assunto em questão, parecem meras banalidades, especialmente quando se diz isto, eu vou-lhe perguntar, mas depois vou fazer algumas considerações, se o Sr. Presidente está de facto e está mesmo convencido que no fundo, o acordo que fez foi a melhor solução para o Clube e para o Concelho. E, quando se diz aqui, no fundo, na informação escrita, aquilo bem sei que está feito ao jeito de uma notícia, mas, eu para ler o jornal também posso ler sem ser na sua informação, até porque imprimir isto ainda me dá algum trabalho, quando diz: “Este processo foi norteado por total transparência, resolvendo uma situação grave que ditaria o fim do CF Fão. Este acordo, além de todo o desenvolvimento desportivo que promoverá, permitirá criar emprego e desenvolver uma zona de Fão, com a construção da variante e toda a dinamização inerente.*

*No que respeita ao acordo de cooperação propriamente dito, o Município de Esposende compromete-se a executar a construção de uma variante, entre Apúlia e Fão e isenta a SC Braga SAD do custo com licenças, taxas, impostos e demais contribuições, associadas à aquisição do Complexo Desportivo de Fão.*

*Por seu turno, a SC Braga SAD compromete-se a ampliar o complexo desportivo de Fão, designadamente com a construção de, pelo menos, dois novos campos de treinos e uma unidade hoteleira de apoio às atividades a desenvolver no complexo.”*

*E aqui, no fundo a minha questão é, para além de, está ou não está convencido que esta foi a melhor solução, se acha que, o negócio já não foi suficientemente bom para a SAD do Braga, para que ainda o município vá ter aqui custos adicionais, nomeadamente e por que, se faz este acordo de cooperação, fazer-se a variante, isentarem-se licenças, taxas e por aí adiante. Então o negócio já não foi excelente para o Braga? E nós agora ainda vamos onerar mais os munícipes? E depois também dizer-lhe o seguinte, isto quanto à total transparência, nem tanto, diria e quanto à questão de ser a melhor solução ou não, porque no fundo diz-se aqui, solução diferente ditaria o fim do clube, Sr. Presidente cá estaremos no futuro para avaliar e cá estarei sendo o caso para lhe dizer se essa foi a melhor ou pior solução, sendo que já lhe disse aqui antes, tenho sérias dúvidas em relação a isso e que essa solução não salvaguarda os interesses do Clube.”*-----

O Senhor Presidente da Assembleia passou de seguida a palavra ao Senhor Presidente da Câmara para, responder às questões colocadas pelos senhores deputados municipais e para a sua intervenção política.-----

Pelo Senhor Presidente da Câmara Municipal, foi dito o seguinte:

*“Senhor Presidente da Assembleia,  
Restante Mesa aqui presente,  
Senhores Vereadores,  
Senhores Deputados Municipais,  
Senhores Presidentes de Junta,  
Público aqui presente,  
Minhas Senhoras e meus Senhores,*

*Foram muitas interpelações, eu vou tentar ser breve, tanto quanto possível.  
Antes de mais dar os parabéns ao Deputado Municipal Penteado Neiva que completa hoje mais um aniversário, e está aqui, longe da sua família para cumprir com as suas obrigações, portanto eu não queria deixar de dar esta nota.  
Agradecer as suas palavras quanto à sua intervenção política, nomeadamente em relação ao elogio do trabalho do município, nós vamos fazendo aquilo que é possível, e acho sinceramente que fazemos um trabalho digno, e com total empenho de todo o executivo e os resultados vão aparecendo nos vários rácios, com as várias distinções ao município e portanto fica a avaliação para a população fazer também.*

*Quanto à questão da moção pela reposição das freguesias, ainda bem que ficou esclarecida essa situação, porque era exatamente esse o sentido das coisas, nunca poderíamos permitir que uma freguesia por ter mais população por exemplo, impusesse a uma mais pequena a manutenção da situação atual, isso está fora de questão, foram essas as orientações que foram dadas na altura e portanto, é por aí, de tal modo que, em boa verdade nem as próprias Assembleias de Freguesia estão constituídas neste momento com representatividade equivalente a ambas as freguesias e portanto, teria que ser sob a forma de um Referendo, em cada uma das anteriores freguesias, ou das extintas freguesias, nem gosto de dizer essa palavra.*

*Quanto às questões concretas que me colocou, relativamente aos caulinos, isso é uma preocupação latente para nós, entre outras, relativas à Proteção Civil, basta falar aqui também da situação da barra e do plano de contingência que fizemos, mas em relação a esta em particular, a Proteção Civil questionou diretamente a empresa que explorava os caulinos para perceber se por um lado tinha terminado a extração, dentro daquilo que é a licença que detinha para o efeito e depois qual era o plano de recuperação de toda aquela zona que tinham, estamos a aguardar por uma resposta, de qualquer maneira o relatório da Proteção Civil diz-nos que não há um perigo eminente em relação à existência daquela infraestrutura, daquela extração, daquela mina, que é mesmo assim, da extração do caulino que ali está. Portanto, vamos aguardar pela resposta, caso não exista uma resposta a breve prazo, avançaremos para questionar a Tutela, porque quem fiscaliza aquele tipo de situações, obviamente é o Ministério da Economia, nunca um trabalho direto do município, mas temos*

*essa obrigação e vamos acompanhar o assunto com total responsabilidade.*

*Quanto à questão das dragagens no Cávado, e foi feita aqui essa alusão várias vezes ao longo da noite por várias pessoas, explicar a situação, em primeiro lugar a dragagem que estava prevista para a zona da barra, nem era propriamente uma empreitada de dragagem, o financiamento que existia era para reposição de areias nas praias adjacentes, é assim que aparece. Obviamente que fazia todo o sentido que ao colocar areia nas praias adjacentes ela fosse retirada de onde ela está a "incomodar", daí que surja a ideia da dragagem na foz do Cávado. O que acontece, portanto isto é uma obra da Polis, lançado concurso pela Polis litoral norte, que a empresa ABB ganhou essa empreitada.*

*Acontece que a empresa monta o estaleiro, atenção que a empreitada não era só dragagem, havia dragagem e mais a construção de um conjunto de infraestruturas, nomeadamente a construção de um passadiço que está ali previsto na zona da praia, ali em frente, essa parte da obra fez, quando chegou à parte das dragagens, pelo que foi informando a Polis, não conseguia encontrar uma empresa para fazer a dragagem propriamente dita, porque eles não detêm esse tipo de equipamentos, coisa que acontece muitas vezes. Não havia empresa para o fazer, eles começaram a não fazer, a adiar constantemente, porque, diziam que não havia nenhuma empresa que quisesse vir ali colocar uma draga naquelas condições, porque era de um enorme risco e isto levou a uma situação de incumprimento contratual, portanto eles ganharam a empreitada, não executaram a obra, portanto o que está a acontecer neste momento é que, não vai ser feita a dragagem na foz do Cávado, para que fique bem claro, por incumprimento contratual da empresa, não tem nada a ver com vontade do Ministério da Economia, da APA, da Câmara, ou o que seja.*

*Havia uma empreitada que foi lançada, o empreiteiro ganhou a empreitada e não conseguiu arranjar um subempreiteiro para lhe fazer a dragagem e portanto, não faz a dragagem, o que quer dizer que vai ser responsabilizado obviamente sob uma ação levantada pela Polis, por incumprimento contratual, tão simples quanto isto. Portanto, não há aqui nenhuma mentira, ninguém andou a dizer nada que não fosse verdade, a nossa expectativa era que fosse feita a dragagem e não foi. Sendo certo que a dragagem, pelo volume de inertes a retirar, na ordem dos 30 a 40 mil metros cúbicos, não ia resolver coisíssima nenhuma, dado o volume de inertes que anda ali naquela zona, isto não ia resolver nada em boa verdade, nem nunca foi encarado como uma solução para a barra, que fique bem claro.*

*O problema da barra é um problema muito mais amplo, de uma dimensão completamente diferente, que não iria ficar completamente resolvido com esta intervenção, e isso, nunca foi aqui dito o contrário, portanto as coisas são o que são e esclarece muitas coisas em relação ao que foi dito, nomeadamente nessa sessão do POOC em que foram colocadas questões duma forma completamente desvirtuada e fora daquilo que é a realidade dos factos.*

*Do Presidente da Junta da União de Freguesias de Apúlia e Fão, portanto veio aqui fazer uma alusão ao CNC-AP, muito bem isso é importante que as juntas de freguesia, e nós também estaremos aqui para ajudar naquilo que fizer falta às juntas de freguesia, já não posso, enfim e é um comentário relativamente à sua declaração de voto em relação à moção que foi apresentada, dizer que saúda a chegada do PSD a este comboio, isso não é verdade Sr. Presidente, o senhor sabe que não é verdade, nós temos uma característica muito própria e isso é um facto que é comprovável por toda a gente, é que sempre tivemos esta posição, contra o meu partido, o partido que eu represento, sempre estivemos contra, sempre e isso é uma*

*particularidade nossa, não fomos hipócritas ao ponto de andar a encobrir as coisas, desde o início esta Assembleia votou sempre por unanimidade contra as uniões de freguesia, o senhor sabe que é verdade, nós estamos aqui agora, mas já fomos nós que pusemos o comboio em andamento, em boa verdade, na altura, eu disse-o aqui em várias sessões, nem vou estar a repetir-me mais em relação a essa matéria e mais, quando o partido socialista colocou isso no seu programa, lembra-se que a primeira moção apresentada aqui pelo Dr. Neiva na altura foi exatamente no sentido de recomendar ao partido socialista que efetivamente pusesse isso em marcha e que nós estaríamos aqui para apoiar essa medida e seremos coerentes com aquilo que fíemos de forma tranquila, transparente, é assim que queremos estar, nunca concordamos não vamos agora mudar de opinião por alguma razão, portanto, se alguma freguesia, ou se as freguesias entenderem que devem ficar juntas, pois que fiquem, mas da nossa parte vamos fazer tudo para que as populações tenham a oportunidade de se pronunciar se querem ou não e basta que uma não queira, para que não haja uniões de freguesia, dando cumprimento aquilo que sempre defendemos. Nesse aspeto acho que todos os grupos políticos pensaram assim, todos tiveram contra desde o início, de tal modo que esta Assembleia deliberou por unanimidade não apresentar qualquer mapa quando foi feita aquela proposta que deveríamos ter feito.*

*Quanto à questão do Deputado Municipal Cepa Carneiro, há aqui uma questão concreta, a ideia que colocou, quanto à moção pelas freguesias, vai no sentido de, no fundo do que foi apresentada.*

*Quanto à questão do prolongamento do metro por Esposende, nós temos consciência da dificuldade que isso implica, obviamente, mas não deixamos de colocar esse assunto no Plano de Ação da Mobilidade Urbana Sustentável, que foi desenvolvido através da CIM Cávado e está lá escrito, um documento estratégico em termos de transportes, está lá essa vontade de Esposende. Tendo consciência que enquanto não for rentável em termos de exploração dessa linha, vai ser muito difícil que isso venha a acontecer, no entanto, resolvemos fazê-lo para marcar posição, para dizer que estamos aqui e que estamos interessados nisso. Neste momento estamos, de uma forma mais realista, mais pragmática e o senhor vereador Sérgio Mano tem acompanhado essa matéria, estamos junto da autoridade dos transportes, que é neste momento a CIM, a autoridade que gere os transportes nesta zona, a pedir no fundo, apoio para melhorara as relações rodoviárias com o terminal da Póvoa, de maneira a que, as pessoas possam chegar ao Porto de uma forma mais simples. E também já agora deixar esta nota, reforçar as ligações a Braga também, é muito importante para nós e por isso estamos a insistir, aliás vai ser lançado um concurso que vai incluir essas carreiras e vamos ver se alguma empresa, algum explorador quer vir a esse concurso, para explorar essas carreiras reforçando essa ligação Braga-Esposende direta, portanto, tentando que não se perca tempo pelas outras cidades, porque há muita gente que trabalha cá e que é de Braga, ou então miúdos, jovens que estudam em Braga e que precisam de ir lá diariamente e podem utilizar esse transporte. Portanto, em termos de mobilidade nós não estamos muito mal, em termos de carreiras, aqui no eixo Viana-Porto, mas por exemplo para o interior estamos muito mal e mesmo assim não quer dizer que não se possa utilizar o metro que nós concordamos perfeitamente com esse posicionamento.*

*Quanto à intervenção do Deputado Municipal Tito Evangelista, a recomendação que foi feita do POOC, eu penso que o Dr. Penteadó Neivá já acabou por dizer quase tudo e eu concordo*

*com muitas das coisas que disse, mas é evidente que o contexto, uma proposta destas para ser aceite pela Câmara, teria que ter uma componente técnica muito mais forte e há coisas que são ditas que nós temos consciência que não valia a pena, porque temos consciência que iam esbarrar à frente naquilo que é a legislação vigente, em termos da gestão do litoral, eu também concordo que a barra devia ter uma intervenção com engenharia pesada, eu já disse isso aqui várias vezes e estamos a pugnar por isso. Já ao longo da costa toda é muito difícil, porque há outras razões do ponto de vista técnico atenção, não tem a ver com o querer defende, ou não querer defender as freguesias, que são aduzidas, que levariam à extinção. O colocar pedra em determinada zona costeira, de forma frontal, iria levar ao desaparecimento total dos inertes, isso está mais do que estudado Dr. Tito, nem sou eu que lhe estou a dizer isto, Sou eu pela boca de técnicos altamente qualificados que o dizem, isso está mais do que comprovado basta ir ao furadouro e perceber o que é que resultou fazer aquela muralha de pedra, quando o mar agora avança ainda entra para a cidade quando antigamente isso não acontecia, mas isso são outras questões, só para lhe dizer que nós nunca poderíamos secundarizar um documento que tem uma componente muito mais política do que técnica e portanto não faria sentido defender coisas que sabemos que não te qualquer cabimento, o que não quer dizer que não haja aí propostas com as quais nós concordamos, de tal modo, que nós mesmos em tempo próprio colocamos junto, no âmbito da discussão do POOC, a defesa, por exemplo em relação a Cedovém que é uma matéria das mais sensíveis, nós sempre dissemos que gostaríamos que se mantivessem os restaurantes, sempre dissemos que queríamos manter os aprestos e a rampa e toda a atividade piscatória naquela zona, sempre dissemos que se deveriam manter as edificações que tivessem valor arquitetónico, sempre dissemos que queríamos uma solução global daquela zona e não apenas uma intervenção de demolições, sempre dissemos que queríamos a requalificação da praia de Cedovém, com a colocação de apoios de praia, porque estamos a gastar 50.000 euros ano, com os nadadores salvadores que não tínhamos nada que gastar e deviam ser da responsabilidade dos concessionários, portanto, nós já fizemos esse trabalho de forma prévia em relação às várias situações que são produzidas. Sendo certo e é importante que fique dito desde já, o POOC não é um documento da Câmara, de repente, vocês viram-se para a Câmara como se a Câmara é que estivesse a elaborar o plano e é que pudesse propor as soluções, não é assim que funciona. O POOC é elaborado por uma equipa técnica, contratada pela APA, que é tutelada pelo Sr. Ministro do Ambiente neste momento, João Pedro Matos Fernandes. Portanto, a Câmara aqui é ouvida, aliás basta ver e indo ao fundo desta questão, o nosso posicionamento foi de tal modo que, quando saiu a versão do POOC, nós imediatamente reunimos na Câmara de Espinho, sete autarcas dos nove municípios daqui, apenas não esteve presente o de Gaia e o de Matosinhos, vá-se lá saber porquê, mas talvez vocês consigam encontrara aí razões políticas para eles não terem estado presentes, todos os outros apareceram, porque estavam contra a posição que era tomada em relação ao POOC, porque achavam que estávamos mal. Daí resultou uma audiência com o Sr. Ministro do Ambiente, onde me foram apresentados um conjunto de soluções que ele se comprometeu em resolver e estamos à espera que apareçam essas soluções agora no âmbito da discussão pública, foi esse o compromisso dele. Portanto, não ponham aqui a ideia de que a Câmara concorda com tudo, o PS é que está contra isto tudo e está ao lado das populações, não, nós estamos ao lado das populações estivemos contra o documento e contra a posição do Sr. Ministro e fizemos pela vida e fomos confrontá-lo com essas situações. De resto, também não posso deixar de dizer uma coisa, e peço desculpa pelo que vou dizer, mas tenho que dizê-lo, se houve uma sessão pública onde estava toda a equipa*



técnica que fez o Plano, lamento que os senhores não tenham ido lá fazer valer essas razões que do ponto de vista técnico podiam ter sido respondidas, porque aí quem deu a cara foi apenas eu. Eu não tenho nenhuma posição estanque relativamente a este documento, eu gostaria muito de ter o apoio de todos naquele momento, mas questionarem quem têm que questionar, não é a Câmara, quem deviam questionar era os técnicos e a APA que lá estavam, que vieram lá e vieram porque eu marquei uma sessão pública de esclarecimento para que eles explicassem o Plano na sua totalidade, dentro do possível e foi isso que foi feito, e sinto-me muito feliz pela adesão que houve, de facto foi a sessão mais participada em que eu tive oportunidade de participar, mesmo no âmbito do PDM isso nunca aconteceu e era um documento de abrangência global do município e este é apenas da faixa costeira.

Depois, quanto ao Futebol Clube do Fão, quanto à doação da parcela é muito simples Dr. Tito, isto não tem nada a ver com nenhuma precipitação, nem nada disso, desde o início aquela parcela, como sabe, o anterior Presidente, o Município, comprou as várias parcelas onde estão hoje as instalações do Fão. A dada altura, uma das parcelas que foi comprada e foram sendo doados esses prédios ao Fão, com uma cláusula de reversão. Aquilo que nós fizemos foi exatamente a mesma coisa, porque essa parcela, o artigo estava lá, mas já tinha sido integrada, nem se sabe exatamente onde é que ela estava, em boa verdade, aliás ela estava lá mas não tinha nenhuma limitação física, se me faça entender, já tinha sido incluída ou na zona do estádio ou fosse onde fosse, aquele artigo, portanto era impossível ir lá recuperar o prédio original e fazer um muro à volta, quando já tinha um campo em cima, aquilo que se fez foi exatamente a mesma coisa que já tinha sido feita no passado, não íamos impedir um negócio entre o Fão e o Braga e que fique bem claro, não é entre o Município e o Braga, como vocês quere fazer crer, quem fez o negócio foi o Fão com o Baga e o Município acabou por entrar no negócio para salvaguardar mos interesses do Município, assim é que é, não íamos impedir isso por haver um artigo que não foi doado, quando ele em boa verdade já tinha sido integrado em todo aquele processo e o facto de ter sido feito por despacho, teve apenas a ver com uma urgência em que a situação se resolvesse, porque o Fão vivia uma situação aflitiva e eu gostava muito que, os dirigentes do Fão viessem aqui explicar exatamente a situação aflitiva em que se encontravam, porque não havia dinheiro para pagar a água, cortavam-lhes a luz, andavam a pôr dinheiro do próprio bolso, era isso que me transmitiam nas reuniões e foi isso que me levou, no fundo, para tentar resolver a solução, que me levou a tomar essa atitude, sendo certo que eu sabia que na Reunião de Câmara seguinte, a situação iria ser ratificada e nem por isso nós deixamos de colocar lá exatamente a mesma cláusula de reversão, tal qual como nos outros prédios anteriores. Portanto, ficaram todos na mesma situação, ou seja, se algum dia houver um desvio da finalidade, se algum dia quisessem por ventura não praticar lá desporto e transformar aquilo noutra coisa qualquer, que o PDM também não permite, mas nem é por aí, esses prédios reverteriam para o Município, exatamente a mesma circunstância, portanto não há aqui nenhuma situação estranha a ser explicada, muito menos pouco transparente.

Quanto à questão de isentar, então a Câmara de Braga é que tinha que isentar o Sporting Clube de Braga, de um investimento que eles iam fazer em Esposende, olhe eu não teria tanta imaginação para uma coisa dessas, portanto, quem tinha obrigação de isentar o Sporting Clube de Braga era a Câmara de Braga, quando eles querem investir em Esposende, portanto, isso aí é que seria uma dádiva enorme, mas eu acho que braga não está assim com uma situação financeira tão boa que nos possa dar essa prenda, não é?

Quanto a fazer a variante, eu gostava que percebessem uma coisa, aquilo que está em causa

*naquele negócio, para além da situação do Fão, que era uma situação completamente aflitiva, tem a ver exatamente com a vontade do Sporting Clube de Braga SAD de promover um conjunto de investimentos, e aquilo que é dito é que, se esses investimentos vierem a surgir e estamos a falar de criar um grande centro de estágio, de construir mais dois ou três campos de futebol, de construir uma unidade hoteleira de apoio, com criação de emprego, é nós fazermos com eles, aquilo que fazemos com qualquer empresa e qualquer investidor que venha para o concelho de Esposende. As isenções são aquelas que estão previstas num documento que os senhores aprovaram aqui na Assembleia Municipal e julgo eu que o senhor votou a favor.*

*Exatamente isso apoio ao investimento no Município, à captação e fixação de investimento no Município. É exatamente disso que estamos a falar, ser o Braga, ou ser a empresa A, B, ou C é exatamente a mesma coisa. É um investidor que vai criar emprego e que vai dar nome ao concelho de Esposende. Eu não consigo compreender, eu percebo que vocês na retórica política tenham que dizer qualquer coisa, mas sinceramente há que haver um pouco mais de fundamento também, naquilo que vão dizendo.*

*Quanto à variante, é evidente que se, se, e a variante será construída se, aparecer o centro de estágio com a dimensão que se pretende, se aparecer uma unidade hoteleira considerando os interesses que aqui foram, aqui, por acaso pela pessoa que referiu, mas também em vários fóruns e eu disse aqui que se tivesse dinheiro, seria sempre a primeira variante a ser construída, seria aquela, porque serve um intuito muito maior, precisamente pelo facto de ter lá o centro escolar e é o facto de, numa segunda fase poder chegar à Artur Aires e poder resolver o grande problema do escoamento de trânsito na zona do Ofir, portanto, não vejo porque é que eu deveria condicionar, não ajudar, naquilo que será um grande investimento para o concelho e não colaborar nesse esforço de resolver o problema do trânsito, não sei porque é que eu deveria fazer isso, portanto, as prioridades advêm também das oportunidades, senão aparecesse ninguém a querer investir não seria uma prioridade, a partir daí, claro que poderá transformar-se numa prioridade, sendo certo que, isso implicará sempre abdicar de outras coisas e implicará procurar o financiamento se ele vier a surgir, portanto como é óbvio não concordo minimamente com aquilo que acabou de dizer aqui.*

*Da Senhora Deputada Municipal Tânia Mota, a rede wi-fi é de acesso livre, portanto, nós temos feito um grande esforço, nós fizemos aqui algumas alterações, os monitores que agora aí estão permitem-nos hoje ter outro conforto e nós, as sessões que aqui decorrem de natureza diversa, como a colocação de um projetor completamente diferente daquele que aqui estava, assim como o wi-fi, etc e podemos-nos orgulhar de ter uma rede wi-fi no próprio concelho com uma cobertura bastante alargada em praticamente todos os centros das freguesias, com circunstâncias de funcionar, ou não funcionar, mas foi aplicada através de um projeto municipal em todas as zonas do concelho.*

*Quanto à questão do Centro de Negócios, que é uma situação complicada e delicada é verdade.*

*Primeiro é evidente que é importante, se não fosse importante nós não tínhamos apostado tanto num projeto destes e, também é verdade que as coisas não estão a correr como nós queríamos, eu já o disse aqui, portanto, eu nunca disse que está tudo uma maravilha, nada disso. Nós arrendamos um edifício por um determinado valor, sujeito a uma avaliação prévia do valor do prédio, para que fique bem claro; que nós não andamos a dar dinheiro a ninguém, eu já o disse e vou voltar a dizer, são 750 m<sup>2</sup> na zona central de Esposende e não se arranja*

*um espaço daqueles em mais lado nenhum, com aquela área e portanto, tivemos que nos sujeitar um bocadinho à situação, e foi dentro da avaliação que foi feita.*

*Se é barato ou caro, eu não digo que é barato, nunca ninguém me ouviu dizer que era barato, mas o que temos que ter em causa é o fim que se persegue com aquilo que nós fizemos.*

*O edifício estava com as licenças de utilização por frações, para serviços. O que acontece é que a abordagem que fizemos inicialmente era de uma remodelação interior do edifício, o que implicava alterar essa propriedade horizontal e foi aí que nós bloqueamos. Tudo o que está no documento é verdade, estava apto, só que nós quisemos alterar um conjunto de situações lá dentro, partir umas paredes, alargar frações, juntar frações e isso implica alteração da propriedade horizontal e foi aí que nós bloqueamos.*

*Entretanto suspendeu-se o contrato, nós não estamos a pagar mais um cêntimo, também não é verdade que já gastamos 250.000 euros, mas isso são outras contas, a verdade é que nós suspendemos e também lhe posso garantir outra coisa, enquanto nós não entrarmos lá dentro e pusermos aquilo a funcionar, nós não vamos pagar mais renda nenhuma, isso está mais do que acordado, vai terminar agora um prazo, nós vamos prorrogar esse prazo de suspensão. E posso-lhe garantir que até final do ano, a empreitada será lançada, porque repensamos toda a situação do projeto, está tudo pronto, os técnicos ficaram de entregar um último documento, para lançarem o procedimento para execução da obra, conforme nós reformulamos todo o projeto.*

*Portanto, não estamos a pagar, não pagamos durante os últimos seis meses e não vamos pagar até que, o Centro de Negócios fique à disposição de quem dele necessitar.*

*Quanto à obra da interseção que dá para o Centro de Saúde de Fão de que falou, aquilo é um bom exemplo de cooperação entre uma Junta de Freguesia e a Câmara, o senhor Presidente da Junta falou com a proprietária, conseguimos comprar aquele prédio que ali estava, a seguir lançamos todo um procedimento para execução da obra, que teve que ter os pareceres favoráveis das Infraestruturas de Portugal, pois isto obedece aqui a uma situação bastante complexa em termos de licenciamento, porque não é só da Câmara Municipal, começou a execução da obra, entretanto fomos alertados para uma circunstância de que umas determinadas guias tinham que lá ser colocadas, houve também pelo meio, as férias da própria empresa, e isto é sempre difícil a relação das Câmaras com as empresas, nós somos super exigentes, mas as empresas por vezes, porque têm outras obras, vão prorrogando e depois nós temos os mecanismos para andar em cima delas e para lhes aplicar as devidas coimas, que temos que lhes aplicar. Mas, não podemos agarrá-los pelo braço e pô-los a trabalhar, portanto neste momento, e no início da próxima semana vai verificar isso, de acordo com a informação que me foi dada, já existirá o material e vão terminá-la são apenas umas guias, aquilo está praticamente concluído e acredite que cada dia que lá passo me aborrece aquela situação, mas acho que ficou muito bem e ficou completamente aberto para sul, com outra visibilidade e com outra dignidade, até porque o que lá estava era um casebre todo velho que não tinha qualquer razão de lá existir.*

*Quanto ao mercado municipal, eu, quase que a desafiaria a ir à Câmara Municipal, à parte do arquivo em baixo, em espaço público, de acesso público, está lá o projeto para ser visto portanto, do nosso mercado municipal, vai ser construído um novo edifício no âmbito do PARU e estão todos os projetos todos expostos para análise.*

*Quanto à questão do Parque da Cidade, o projeto já foi encomendado há não sei quanto*

*tempo, temos aqui um problema também com um projetista em relação à apresentação destes projetos, tenho uma reunião marcada para a próxima quarta-feira de manhã com o projetista que já ficou de entregar na segunda semana de setembro o projeto e ainda não o entregou. Mas, portanto, está em andamento e estamos a aguardar pelo projeto para que depois se possa entrar numa fase de discussão pública também, porque eu quero colocar o projeto para análise de toda a gente, embora o estudo prévio já esteja exposto no mesmo local, na Câmara Municipal.*

*Quanto ao POOC eu penso que já falei sobre isso, o Município não é o promotor do POOC e portanto há que, de alguma forma dar os contributos que se entenderem pertinentes em relação a essa matéria. Eu gostava de recordar que existe um POOC desde 99, em que efetivamente, estão lá descritas todas as demolições que agora estão previstas, aliás, é um documento muito mais restritivo do que aquele que está agora a ser votado portanto, de repente parece que só se acordou agora para esta realidade e isso já está desde 1999, portanto há cerca de vinte anos a esta parte, previsto no POOC anterior, mas de qualquer maneira, são sempre situações que, quando são novamente discutidas, provocam sempre alguma celeuma.*

*Quanto à intervenção da Deputada Municipal Sandra Bernardino, a questão da loja social, é preciso perceber uma coisa, eu sempre disse que tinha a ver com duas situações, a primeira, a empresa pediu à Câmara Municipal se era possível, uma vez que pretendia alargar as suas instalações, se a Câmara podia abdicar daquele imóvel, porque isso é uma situação igual a tantas outras, entendemos que podia ser viável, desde que tivéssemos outro espaço para nos mudarmos com melhores condições, tão simples quanto isso, e surgiu essa oportunidade e fizeram uma proposta à Câmara, eu não vejo onde é que está aqui a falta de transparência nisto. Muito bem, entretanto, discutimos internamente se fazia sentido, porque aquele edifício, que o conhece, é um pavilhão apenas, com um pé direito próprio de um pavilhão industrial, que não tem conforto nenhum, portanto, é um pavilhão que depois tem as coisas ao nível térreo. Entendemos então que, no caso o imóvel que nos foi proposto, é um imóvel que já tem 2 pisos, tem rés-do-chão e primeiro andar, o que passa de uma área de quatrocentos e tal metros quadrados, perto de quinhentos, para oitocentos e cinquenta metros quadrados de área útil disponível, portanto passamos a ter mais trezentos e tal metros quadrados de área disponível. O que nos foi apresentado pelos serviços foi, inclusão de outras valências, portanto, nós não vamos ter outra loja social igual à que tínhamos, vamos ter uma loja social, onde vamos ter espaços para workshops de cozinha, para workshops de costura, no fundo para quê? Para que as pessoas que têm mais dificuldades possam aprender a fazer algumas tarefas diárias e mais do que isso, para que se possa também, naquilo que são as doações que são feitas à loja social, reparar e no fundo ensinar as famílias a cozinhar que isso também é importante e muitas delas acreditem, que isto é uma situação dramática, mas no caso da costura, no caso de outro tipo de workshops que vão surgir, ter espaços para isso, dentro da loja social, tão simples quanto isso, e o que está a ser feito, visto isto, uma vez que é necessário realizar um conjunto de obras que decorrem das obrigações legais, nomeadamente em termos de segurança, a situação complicou-se bastante, estamos a falar da Autoridade Nacional de Proteção Civil, nós fizemos o projeto, desenvolvemos o projeto e aquilo que fizemos foi perguntar à empresa, se a empresa fizer as obras e se nos pode entregar o imóvel com as obras feitas, serem feitas por eles. Sendo que nós temos a nossa avaliação e o nosso*

*caderno de encargos que está do nosso lado. Portanto, demos apenas um caderno de encargos sem a estimativa orçamental que nós temos para que se pronunciem. Se fizerem as obras que nós pretendemos, que serão fiscalizadas por nós, nós aí formalizaremos a permuta e receberemos o imóvel devidamente adaptado aquilo que são as nossas necessidades. Eu convido-vos a verem os documentos que quiserem, a irem à loja, eu até vos acompanho à loja para verem a situação e verificarem em loco o que é que se está a passar ali. De repente, criou-se aqui um problema, acham vocês que se criou aqui um problema, está no orçamento e muito bem, nós estimamos que, à volta de cento e vinte mil euros possa ser necessário para aquilo e pusemos no orçamento, tão simples quanto isso. Não quer dizer que seja mais, que seja menos, vamos ver, se queríamos fazer isto com a máxima urgência, tínhamos que prever no orçamento para 2019, isto admitindo que não vá ser feito em 2018 ainda. E é só isto que se passa em relação à situação da loja social.*

*Quanto ao Centro de Negócios penso que já respondi.*

*Da questão da Zendensino e do jornal Sol, eu quanto a isso tinha tanta coisa para dizer, mas também não posso abusar da vossa paciência, a primeira coisa é que lamento imenso o que aconteceu, com a saída no Sol, que fique bem claro, porque do resto já eu me pronunciei. Eu acho que a pior coisa que se pode fazer, é fazer julgamentos sumários como a Senhora Deputada acabou de fazer agora.*

*Já tem culpados!*

*Há uma denúncia anónima, surge um conjunto de documentos que foram enviados para Deus e para todo o mundo, denegriram a imagem da Instituição, que perde credibilidade a olhos vistos. Não se tenta perceber primeiro, deixar o Ministério Público fazer o seu trabalho, a Polícia Judiciária, quem quer que seja, não se espera pelas conclusões, o melhor é pôr as pessoas com o nome delas de preferência na rua, ultrajar as pessoas, retirar-lhe a dignidade, mesmo antes de haver um julgamento, isso é uma atitude que eu admiro imenso, eu não seria capaz de a praticar nunca, mas admiro muito quem faz isso. Eu acho que devemos de forma clara e honesta, porque nós quando tomamos contacto com esses elementos, ao contrário do que diz, encaminhamo-los para quem de direito. Esses documentos foram-me entregues, eu entreguei-os ao Senhor Presidente da Assembleia, entreguei-os ao Conselho de Administração, que é totalmente diferente daquele que era no passado, são novos elementos e ficou escrito em ata que devia ser remetido ao Ministério Público, e agora aguardamos.*

*Já agora gostava que me dissesse quem são as pessoas que ganharam protagonismo e relevo e que são indiciadas agora, e que estão lá neste momento. Quero que me diga quem são as pessoas em concreto.*

*Primeiro os atos praticados desde 2001, eu só cheguei à Câmara em 2009, de 2009 para a frente, eu só assumi a Câmara enquanto Presidente em 2013, portanto temos aqui 13 anos de situações complicadas, e a Zendensino sempre foi da Câmara Municipal, que decorreram sem ser eu o responsável por aquela área, portanto, pelo menos em termos de repartição de responsabilidades, fico aqui com uma parte bem pequena, portanto acho que deviam estar a apontar a arma para outro lado, de certeza, não era para mim.*

*E outras questões que podíamos ir aqui ao encontro delas, nomeadamente, quem foi ou não foi exercendo cargos naquela Instituição ao longo do tempo e porque é que eu haveria de saber desses casos tão escandalosos, se eu era o Presidente da Assembleia, que nunca tive nenhuma ligação à componente executiva da Cooperativa, que fique bem claro. Isso era a mesma coisa*

*que cometermos alguma irregularidade na Câmara Municipal e agora o responsável ser aqui o Senhor Dr. Agostinho Silva, em relação aos atos que eu praticasse, é disso que vocês estão a falar em concreto.*

*Relativamente às dragagens, eu já expliquei a situação.*

*Quanto a receber a comunidade piscatória, eu tenho que dizer que há dias tivemos uma reunião precisamente naquele Cantinho dos Pescadores, com o Presidente da Associação dos Pescadores obviamente e com mais um ou dois elementos, com a Polis, para o lançamento de uma empreitada de um milhão e duzentos mil euros, era isso que eu gostaria de ouvir aqui dizer, para melhorar as condições da Doca e tive oportunidade de explicar ao Presidente da Associação dos Pescadores, o que se passava com a situação da dragagem.*

*É evidente que eu posso receber toda a comunidade piscatória na Câmara Municipal, mas eu admito que quando falo para os responsáveis das Instituições, é como vocês quererem alguma coisa da Câmara e terem que dizer a todos os trabalhadores da Câmara, eu acho que não é preciso, se me disserem a mim, o assunto fica bem entregue.*

*Quanto à questão da promessa de milhões, é verdade, nós temos gasto milhões de euros em intervenções no litoral, disso não há dúvida absolutamente nenhuma, desde o molhe, a empreitada que está a ser lançada, esta que acabei agora de referir da Doca de Pesca, têm sido milhões de euros que têm sido gastos, portanto daí não advém qualquer mentira que eu possa ter dito, ou que possam ter interpretado mal.*

*Quanto à questão do pavilhão de Mar, é preciso que se diga com as letras todas, o pavilhão de Mar é privado, é da Instituição, não está legal e portanto, nós não fazemos obras em edifícios ilegais. Portanto, passa pela Instituição legalizar o edifício junto da Câmara Municipal, e logo a seguir nós cá estaremos para analisar a situação.*

*Dizendo com tudo isto que entretanto havia uma candidatura ao PRID, que acabou por cair, precisamente porque o edifício não estava regularizado.*

*Quanto à questão da APPACDM, a Senhora Vereadora e Vice-Presidente, Eng.ª Alexandra Roeger, tem reunido com a direção, há uma nova direção, porque houve uma situação que decorreu em Tribunal e levou a que houvesse uma nova direção diferente daquela com quem nós tínhamos desenvolvido conversações ao longo do tempo, e, neste momento é verdade que há por parte dos trabalhadores da segurança social que estão neste momento a explorar aquilo que é a colónia de férias de Apúlia, aquele edifício na zona sul, na saída para sul e que, pretendem criar lá, uma unidade muito similar aquilo que é o serviço prestado pela APPACDM.*

*Portanto, isto quer dizer que, quem presta o serviço até pode ser uma entidade diferente, agora o que não se pode aqui dizer, e nós também não temos interferência direta nesta matéria, que fique bem claro, mas o que interessa mesmo é salvaguardar os interesses daqueles meninos e jovens daquela instituição. E isso, nós nunca abdicaremos. Se é a entidade A, B, ou C a fazê-lo, nós em boa verdade até gostávamos que fosse uma entidade nossa, gostávamos que fosse uma JUM, ou uma ASCRA, ou uma outra qualquer IPSS do concelho, a poder desenvolver essa valência. Na impossibilidade de o ser, até porque, há aqui nuances em relação à APPACDM que importava saber, porque a nossa unidade acaba por ser lucrativa e o resto da APPACDM em termos gerais não é lucrativa e acaba por haver recursos que são*

gerados no Município de Esposende, e estão canalizados para Braga, e portanto, isso também não interessa ao Município de Esposende como é evidente. É uma estrutura muito grande, a APPACDM e tem essa nuance, que fique bem claro, ou foi verdade durante muito tempo, mas é uma situação que também não nos interessa. Para nós o que conta é que aqueles miúdos, aqueles jovens tenham e mais do que isso até, se melhore a circunstância, porque o que acontece é que eles chegam a uma certa idade e depois têm mesmo que ir para outro lado para ficarem, porque as próprias famílias não conseguem tomar conta deles, há situações verdadeiramente dramáticas. O que nos interessa é que o futuro deles esteja assegurado e isso nós vamos acautelar.

Quanto à situação do prédio de Apúlia, de tijolo, é verdade o que eu disse, o edifício foi construído de forma ilegal, é do conhecimento geral, o prédio em concreto tinha sido comprado pela Câmara Municipal há uns anos a esta parte, por quatrocentos e cinquenta mil euros, nunca tinha sido feita a escritura a favor do Município e quando eu gritei vitória, foi no dia em que eu consegui sentar as pessoas no Cartório e assinar a escritura. A partir daquele momento passou para nós. Como havia uma insolvência da Gonçalves e Pinto, acho que era assim o nome da empresa, a massa insolvente acabou por desistir daquilo que consideravam inicialmente um crédito, que era a existência de um edifício, porque percebeu que ele era de génese ilegal e portanto, aí sim, nós passamos a ser os donos do prédio, porque o registamos a seguir, com a benfeitoria que lá estava encima, que era o edifício em tijolo. A partir desse momento, fizemos aquilo que tínhamos que fazer, que era licenciar o prédio e gerar a mais-valia para o Município, não tem nada que saber.

Apresentamos um projeto de licenciamento junto da APA, para perceber se era, ou não era passível de licenciamento, e era, e recebemos um parecer favorável e neste momento estamos a preparar-nos para fazer uma hasta pública, ou uma permuta que seja vantajosa para o Município, recuperando aquilo que será a mais-valia, para eventualmente, eu sempre disse isso, pagar o enorme esforço financeiro que fizemos na aquisição do edifício Pérola, portanto não há aqui dúvida nenhuma, e é assim que vai ser feito.

Quanto à situação do Canal, eu não sei se vocês têm a noção do que é verdadeiramente a obra do canal, são mais de duzentas parcelas de terreno, nós já conseguimos quase cento e sessenta acordos o que eu acho extraordinário, porque houve muita gente que compreendeu este esforço e que quis, de alguma forma assinar esses contratos. Já foram feitas algumas escrituras, poucas, mas algumas.

Aguardamos pela DUP, é verdade que foi aprovada uma candidatura, naquele valor que referiu, é verdade que foi lançado um concurso, neste momento não há um contrato da obra, aliás esta informação está aí explicada na informação escrita.

Neste momento aguardamos pela DUP, para se proceder à consignação dos trabalhos e entrega ao empreiteiro para se iniciar a obra, é só isso. Nós temos estado sempre em andamento neste processo, só que as circunstâncias vão-se sempre alterando, ou há alguém que morre e depois há as partilhas, há circunstâncias muito diversas, há pessoas que têm vindo ao processo dizer que estão disponíveis para fazer acordo, tem acontecido constantemente, isso tem-nos complicado a vida. Entretanto, tem havido negociações muito próximas com a DGAL e aguardamos a todo o momento, pela chegada da DUP, o que dará origem imediata ao avanço da obra para o terreno, porque temos o financiamento. Aliás, neste momento a urgência é tal, que se nós não conseguirmos isto num tempo próximo, podemos

*inclusive correr o risco de perder o financiamento, e isso nós não queremos de forma alguma. Portanto, eu não lhe posso dizer quando é que começa a obra, mas posso-lhe dizer que ela começará no dia imediatamente a seguir à entrega da DUP, porque é DUP com posse dos terrenos e começará imediatamente a seguir.*

*Quanto ao PARU, eu acho que vocês deviam de alguma forma valorizar, peço desculpa por estar a dizer isto mas tenho que o dizer, o ato que nós fizemos de, disponibilizar todos os projetos para uma discussão aberta, ser mais dias, menos dias, não é isso que está em causa, fizemo-lo através dos meios eletrónicos e disponibilizamos, pela primeira vez eu vejo na Câmara Municipal de Esposende, uma sala totalmente disponível para projetos que estão em curso, para conhecimento de toda a população. E, obviamente que isto não foi feito sem previamente serem discutidos com as juntas de freguesia.*

*Esta fase em que eles estão, já pressupõe que houve negociações, já se conversou com as juntas de freguesia, ouvimos e estamos ainda abertos a alterações e só depois, obviamente, quando estiverem fechados os processos e tivermos os processos de execução, é que eles serão levados à Câmara Municipal, serão aprovados espero eu, na reunião do dia 20 de dezembro, para depois serem submetidos na plataforma té ao final deste ano, para os devidos concursos do PARU que eu aqui tanto falei e nos deu três milhões e tal de euros, para nós podermos investir nestas zonas.*

*Quanto à obra de Outeiro, a tal do saneamento, dizer que é inadmissível aquela situação, olhe, eu não conseguia encontrar um adjetivo melhor, é inadmissível que aquela obra não tenha sido feita antes, isso é que é inadmissível. E ter as populações lá sempre a chatear a Câmara Municipal, com edifícios de carácter público que lá estão, com restaurantes, etc, que têm uma dificuldade enorme em ver-se livres do saneamento. Isso é que é inadmissível.*

*Agora, fazer o esforço financeiro que nós fizemos com tão pouco dinheiro de participação, que foram para aí cinquenta ou sessenta mil euros para aquela obra, e o resto é tudo posto pela Câmara Municipal, isso é admissível.*

*A gestão da obra obedece a regras, temos técnicos capacitados para o fazer e obviamente mais uma vez, quando se atingem determinados prazos, há coimas que são aplicadas à empresa e é assim que as coisas funcionam e se não cumprirem mandámo-los embora e fazemos novo concurso e metemos outras empresas, é gestão. A obra foi por concurso público, isto não foi nenhum ajuste direto e arranjamos aí uma empresa à mão, não foi assim, foi um concurso público, em que a empresa apareceu, entregou as garantias, tudo direitinho, o melhor preço, e nós até sabíamos que a empresa estava com dificuldades, com um PER, e agora, vamos adular o concurso para entregar a outro? É isso que vocês sugerem? Temos que aguentar, é a vida. Eles ganharam o concurso, nós tínhamos que lhes entregar a obra e agora temos que fiscalizar e andar em cima deles para executarem, não há outra forma. Agora tudo o resto, as obras são inconvenientes, obras de saneamento toda a vida foi assim, cada vez que se levantava uma rua para meter tubagens de saneamento ou água, causava sempre constrangimentos às populações que têm que seguir por essas vias. Ali não é diferente das outras situações, o que temos que fazer é única e simplesmente apertar com a empresa, como temos feito, para que execute a obra o mais rápido possível.*

*Quanto à questão da Casa do Cónego, não vai ser demolida, obviamente era só o que faltava, quando muito aquilo que o POOC nos podia obrigar, dentro daquilo que está hoje lá, era não*



*ampliar, mas o edifício que lá está pode ser requalificado, quanto a isso não temos qualquer dúvida, mas temos a expectativa que ele possa ser ampliado.*

*Quanto à questão das dragagens já falei sobre isso e o Clube Futebol de Fão, não posso deixar de referir aqui uma coisa, a ideia de ser um negócio ruinoso para o Município, de haver dinheiro público investido, olhe dinheiro público mal investido foi quando lá o meteram no passado sabe, aí é que foi mal investido o dinheiro lá, agora não, porque eu não meti lá mais um cêntimo. É preciso que se diga que desde que eu sou Presidente da Câmara, nunca mais dei um cêntimo ao Fão e disse-o aos dirigentes de forma frontal no meu gabinete "enquanto mantiverem a situação que têm eu não dou mais um cêntimo para o Fão", ou não posso dar.*

*Não pode funcionar assim.*

*O clube tinha que encontrar uma solução em termos financeiros, não dei mais um cêntimo.*

*Havia um acordo de 2011 na Câmara Municipal de quinhentos mil euros para apoio ao Fão que não ia ajudar coisíssima nenhuma, foram entregues duzentos mil euros em 2011 e 2012, cem mil em 2011 e cem mil em 2012 e eu quando cheguei à Câmara, a partir desse momento não autorizei que saísse mais um cêntimo da Câmara Municipal para o Clube.*

*Esta é que é a realidade, portanto, se houve dinheiro mal investido, não foi este Presidente, nem este executivo que tem responsabilidades nisso, foram outras pessoas, que agora estão muito escandalizadas com o péssimo negócio que fizemos para o Município. Mas por acaso não fizemos, sabe porquê?*

*Porque mesmo esses duzentos mil euros que foram entregues em 2011 e em 2012, a Câmara tornou-se credora deles e esse valor que o Braga vai pagar pelas dívidas do Fão, que são na ordem de um milhão e meio de euros, duzentos mil euros são para a Câmara de imediato. Esses duzentos mil euros vêm outra vez para a Câmara. E mais do que isso, eu não acho que tenha sido um grande negócio para o Braga, agora posso dizê-lo porque está feito, porque eles comprometeram-se a manter lá o Fão durante quinze anos. Quem é que compra uma dívida de um milhão e meio de euros, fica obrigado a pagar ao Município de Esposende mais quinhentos e cinquenta mil euros, mantendo durante quinze anos outro clube lá dentro a praticar desporto? Pensem nisto. Acham que foi assim um grande negócio?*

*Não podendo fazer lá mais nada, que fique bem claro, que não seja a prática desportiva, porque tudo aquilo que eu disse do hotel e dos novos campos de futebol que possam vir a surgir, são terrenos que eles terão que comprar, não tem nada a ver com o que lá existe. São investimentos que eles terão que formular, comprar os terrenos e apresentar os projetos correspondentes, mas não tem nada a ver com aqueles, porque aqueles têm o direito de reversão. Portanto eu não me parece que tenha sido um grande negócio, mas cada um faz aquilo que quer. Que o Braga precisava de um Clube Satélite para gerir a sua situação desportiva, é verdade, e ótimo para o Fão.*

*O Fão não tinha solução nenhuma!*

*Aliás, a outra alternativa para o Fão era a Câmara meter lá um milhão e meio de euros, só se eu perdesse o juízo!*

*Nunca eu colocaria um cêntimo dos munícipes de Esposende, para pagar uma dívida pelas circunstâncias em que ela ocorreu, e posso-vos dizer que a Polícia Judiciária está a investigar este processo, eu estou contentíssimo com isso. Estou ansioso que se chegue a conclusões em relação a esse processo, mas é do passado, não é das situações atuais, que as atuais estão fundamentadas e posso-lhe dizer outra coisa, o valor, não demos nada a ninguém, porque eu*

*tive o cuidado de pedir uma avaliação do imóvel, eu sempre pensei que aquele espaço não podia ser vendido pelo valor da dívida, ele teria que ser vendido pelo valor que o prédio vale. Então, para sustentar isto, pedimos uma avaliação a um perito da Lista Oficial do Ministério da Justiça, a avaliação veio, posso vos dizer o valor, salvo erro, de cabeça posso estar a falhar, mas é nesta ordem de grandeza, um milhão setecentos e oitenta mil euros, ou um milhão e oitocentos mil euros é por aí. Claro que, ele diz no relatório que lá foi gasto mais dinheiro, mas também diz que, devido à natureza do prédio, que não tem valor comercial, porque não pode ser alterado o seu fim, e portanto, o valor daquele prédio seria um milhão e oitocentos mil euros, vamos dizer assim, agora se fizer um bocadinho de contas, um milhão e meio de euros, mais quinhentos e cinquenta mil euros, dá dois milhões e cinquenta mil euros, sensivelmente. Portanto nós, o mau negócio, ou o grande negócio do Braga foi ficar com o imóvel por dois milhões e cinquenta mil euros, que está avaliado neste momento por um milhão, setecentos e oitenta mil euros, esse é que foi o grande negócio para o Braga e o péssimo negócio que eu fiz para o Município de Esposende, mas eu graças a Deus ainda tento levar as coisas com rigor, com transparência e estou completamente disponível para mostrar documentação a quem o quiser.*

*Portanto, não posso aceitar que se diga que foi um péssimo negócio, péssimo negócio, péssimos investimentos foram na altura em que se avançou para megalomalias, acompanhando situações que não tinham qualquer hipótese no futuro de dar certo, aí é que as coisas correram mal e obviamente que o município não iria pagar um milhão e meio de euros, pensem nisto e assumir depois toda a manutenção. Ficar com mais um estádio nas mãos, pagar toda a manutenção do espaço, isso não faz qualquer sentido, que no fundo aquilo que nós acabamos de fazer ainda hoje e estamos a pagar essa fatura elevadíssima, em relação ao Campo do Marinhãs e ao Campo da ADE.*

*São equipamentos municipais e quem acaba por investir lá é sempre o Município, esta é que é a realidade, e nós não temos dinheiro para isso. O dinheiro faz falta para outras coisas, para investir nas outras freguesias, na área social, na educação, na cultura, não podemos estar a dar-nos a esse luxo, portanto, esse assunto do Fão, para mim é um assunto encerrado e espero é que tudo o que está a andar à volta desse processo se concretize rapidamente, para que se perceba onde é que estiveram os bons investimentos e os maus investimentos.*

*Ainda quanto a esta matéria, a preocupação é uma canibalização do Sporting Clube de Braga em relação aos atletas do Município, portanto, a preocupação é termos equipas muito competitivas, não é o futuro dos nossos jovens!*

*Olhe, eu gostava que eles jogassem todos no Braga.*

*Se eu pudesse, todos os meninos e meninas daqui do concelho iam jogar no Braga, no Porto, no Sporting, no Benfica, olhe eu ajudava-os a todos.*

*O que é que interessa é o futuro dos nossos jovens, ou é o bairrismo exacerbado?*

*Acha que isso alguma vez vai acontecer?*

*Qual é o problema dos jovens se evidenciarem e irem jogar depois para o Braga?*

*Não acontece o mesmo agora?*

*Os miúdos de Palmeira, de Gandra, vão jogar para onde? Não vão para o Marinhãs e para o Esposende?*

*Não acontece o mesmo? Alguém se revoltou com isso?*

*Onde é que está o problema? A mim o que me preocupa, a vocês pode ser os resultados desportivos, a mim é o futuro dos jovens do nosso concelho e o Braga não vai ficar com os jogadores todos podem ter a certeza.*

*Pode ter equipas mais competitivas e dar-lhes um futuro melhor. Eu não vejo onde está o mal nisso!*

*O que interessa é o futuro dos nossos jovens, mas infelizmente as pessoas preocupam-se muito mais com outro tipo de valores.*

*Da Senhora Deputada Municipal Tânia Mota, eu penso que já respondi a tudo, quanto ao Braga e ao Fão, não sei se ficou alguma questão por responder.”-----*

Terminados os esclarecimentos prestados por parte do Senhor Presidente da Câmara às questões colocadas pelos Senhores Deputados Municipais, pelo Presidente da Mesa foi encerrado o Período de Antes da Ordem do Dia, informando o público presente de que se poderia inscrever para intervenção do público, no final do Período da Ordem do Dia, conforme prevê o Regimento.

## **02 - PERÍODO DA ORDEM DO DIA: \_\_\_\_\_**

### **02.01 – APOIOS ÀS JUNTAS DE FREGUESIA - PARA CONHECIMENTO, NOS TERMOS DO ARTIGO 13º DO REGULAMENTO DAS FORMAS DE APOIO ÀS JUNTAS DE FREGUESIA.-----**

De harmonia com o ofício nº 57/SAOA/2018, de 22 de novembro, do Presidente da Câmara Municipal, foi presente na sessão, para conhecimento, os Apoios concedidos às Juntas de Freguesia durante o último semestre, nos termos do nº 2 do artigo 13º do Regulamento de Formas de Apoio às Juntas de Freguesia. Ficam arquivados os originais dos documentos junto à minuta da ata da presente sessão, da qual fazem parte integrante. -----

O Senhor Presidente da Câmara referiu que era um assunto apenas para conhecimento, pelo que, se houvesse alguma questão teria todo o gosto em esclarecer.

**A ASSEMBLEIA MUNICIPAL TOMOU CONHECIMENTO. \_\_\_\_\_**

### **02.02 – PEDIDOS DE ISENÇÃO E DE RATIFICAÇÃO DE TAXAS - PARA CONHECIMENTO, DE ACORDO COM O PONTO 2.3 DAS MEDIDAS PROVISÓRIAS APROVADAS NA SESSÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE 30 DE NOVEMBRO DE 2015.-----**

De harmonia com o ofício nº 59/SAOA/2018, de 22 de novembro de 2018, do Presidente da Câmara Municipal, foi presente na sessão para conhecimento, os pedidos de isenção de taxas e de ratificação de pedidos de isenção de taxas, concedidos pela Câmara Municipal, nos termos do ponto 2.3 das medidas provisórias aprovadas na sessão de 30 de novembro de 2015 da Assembleia Municipal. Ficam arquivados os originais dos documentos junto à minuta da ata da presente sessão, da qual fazem parte integrante.-----

O Senhor Presidente da Câmara referiu que era um assunto apenas para conhecimento, pelo que, se houvesse alguma questão esclareceria.

A ASSEMBLEIA MUNICIPAL TOMOU CONHECIMENTO.

**02.03 – CONTRATO DE INVESTIMENTO AO ABRIGO DO REGULAMENTO DE CONCESSÃO DE INCENTIVOS AO INVESTIMENTO - PARA CONHECIMENTO, DE ACORDO COM O ARTIGO 11º DO REGULAMENTO DE CONCESSÃO DE INCENTIVOS AO INVESTIMENTO.**

De harmonia com o ofício nº 56/SAOA/2018, de 20 de novembro de 2018, do Presidente da Câmara Municipal, foi presente na sessão para conhecimento, o contrato de investimento ao abrigo do regulamento de concessão de incentivos ao investimento, de acordo com o artigo 11º do regulamento de concessão de incentivos ao investimento. Ficam arquivados os originais dos documentos junto à minuta da ata da presente sessão, da qual fazem parte integrante.

O Senhor Presidente da Câmara referiu que era um assunto apenas para conhecimento, pelo que, se houvesse alguma questão poderia esclarecer o que fosse necessário.

A ASSEMBLEIA MUNICIPAL TOMOU CONHECIMENTO.

**02.04 – RELATÓRIO DO AUDITOR EXTERNO DE INFORMAÇÃO SOBRE A SITUAÇÃO ECONÓMICA E FINANCEIRA DO MUNICÍPIO RELATIVO AO 1º SEMESTRE DE 2018 – PARA CONHECIMENTO, NOS TERMOS DA ALÍNEA D) DO Nº 2 DO ARTIGO 77º DA LEI 73/2013, DE 3 DE SETEMBRO, REPUBLICADA PELA LEI 51/2018, DE 16 DE AGOSTO.**

De harmonia com deliberação da Câmara Municipal, tomada em reunião realizada no passado dia 04 de outubro de 2018, foi presente na sessão, para conhecimento, Relatório do Auditor Externo de informação sobre a situação económica e financeira do Município de Esposende relativo ao 1º semestre de 2018. Ficam arquivadas cópias dos documentos junto à minuta da ata da presente sessão, da qual fazem parte integrante.

O Senhor Presidente da Câmara referiu que era um assunto apenas para conhecimento, pelo que, se houvesse alguma questão poderia esclarecer.

A ASSEMBLEIA MUNICIPAL TOMOU CONHECIMENTO.

**02.05 – APROVAÇÃO DA PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL SOBRE OS DOCUMENTOS PREVISIONAIS PARA O ANO DE 2019 – ORÇAMENTO, GRANDES OPÇÕES DO PLANO E MAPA DE PESSOAL, NOS TERMOS DA ALÍNEA A) DO Nº 1 DO ARTIGO 25º DA LEI 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO.**

De harmonia com deliberação da Câmara Municipal, tomada em reunião realizada no passado dia 31 de outubro de 2018, foi presente na sessão a proposta para o ano de 2019 do Orçamento,

Grandes Opções do Plano e Mapa de Pessoal. Fica arquivada cópia da mesma junto à minuta da ata da presente sessão, da qual faz parte integrante e que aqui se dá como transcrita.-----

Pelo Senhor Presidente da Câmara foi feita uma breve explicação do assunto, tendo feito as seguintes considerações:

*“Deixar uma ou outra consideração, nomeadamente relativamente ao valor em causa, mais um orçamento apreciável em termos de volume financeiro, mais de vinte e cinco milhões de euros, sendo certo que é inferior em cerca de dois milhões e tal de euros relativamente ao orçamento do ano anterior, mas também é verdade que no ano anterior nós tivemos um saldo de gerência na ordem dos três milhões de euros, o que a somar aos vinte e oito, resultou num orçamento na ordem dos trinta milhões e desta vez temos vinte e cinco milhões e meio de euros de orçamento, mas também é verdade que esperamos um saldo de gerência na ordem dos cinco milhões e meio e portanto resultará num orçamento do mesmo valor.*

*Um aspeto que eu acho que é muito determinante, tem a ver com o saldo corrente, ou a poupança, e que se prende com um valor na ordem dos três milhões e quatrocentos mil euros e é obviamente canalizado para a componente de investimento.*

*Regressando ao documento que vos foi distribuído, dá no fundo para responder a muitas questões que foram aqui colocadas nas sessões anteriores, de que havia um conjunto de obras que não estavam devidamente explicitadas, eu julgo que agora o documento é bastante explícito em relação às empreitadas e que tem a ver com o grande esforço que estamos a fazer em termos daquilo que são os fundos comunitários, mais a componente municipal, neste momento na ordem de cerca de três milhões e quatrocentos mil euros.*

*Depois, é importante dizer que tudo isto é feito com uma carga fiscal das mais baixas que existem no país e à frente vamos discutir isso em termos de IMI com uma taxa mínima e o coeficiente familiar, com as taxas que temos, nomeadamente do espaço público, ou que não aplicamos sobre o espaço público, as taxas urbanísticas que não são mexidas desde 2011, as taxas sobre os resíduos sólidos, a mesma coisa, a publicidade que não é cobrada, os mercados e feiras também já não são mexidas as taxas desde 2011. Portanto, estamos a falar de um quadro fiscal consolidado, sem aumentos, claro que há maior eficiência na segurança, mas a verdade é que não mexemos nestas taxas há alguns anos, já para não falar no caso da água também, desde que eu sou Presidente da Câmara nunca subimos um cêntimo à água, que não tivesse apenas a ver com a taxa de inflação e mesmo assim, nem todos os anos.*

*As taxas das piscinas exatamente a mesma coisa, as entradas nas piscinas não aumentam há seis ou sete anos.*

*A verdade é que mesmo assim as empresas municipais estão estabilizadas e o município continua também com os orçamentos a crescer, e recordo que quando eu assumi a Câmara Municipal, nos apresentamos um orçamento na ordem dos dezoito milhões de euros, não chegou a dezoito, foram dezassete milhões e tal.*

*Neste momento estamos a trabalhar com um orçamento, sete ou oito milhões acima. E não estamos num período, como sabem atualmente os fundos comunitários foram extremamente limitativos em termos daquilo que é o investimento para os municípios e está a dar os níveis de execução que está, muito baixos, porque não permitiram aos municípios executar e quiseram canalizar para outras áreas muito imateriais que são de muito difícil execução.*

*Quanto ao PPI é isto, no fundo explicar o que está previsto, toda a nossa estratégia para o município, em relação aquilo que são as obras mais importantes, acho que estamos a viver um período de forte investimento, eu não me recordo, e peço desculpa mas, alguém que me prove*

*o contrário, de volumes de investimento na ordem dos dezasseis milhões de euros como estamos a ter agora em termos simultâneos, no município, em várias freguesias.*

*Portanto, com todos estes projetos em andamento, com obras a serem terminadas, que já tinham sido iniciadas anteriormente, com as obras do parvo que não estão aqui consideradas, e mais um conjunto de outros investimentos que aí vêm, como por exemplo o edifício Pérola, o IPCA, que será sempre de valor superior a um milhão de euros, portanto temos muita coisa a acontecer no nosso município e estou a falar muito focado na componente do investimento a físico, das obras, mas há muitos outros projetos de outra natureza que aí estão considerados.*

*Depois aqui uma matéria que nos diz muito também, mas que eu iria pedir à senhora Vice-Presidente para explicar este assunto, porque eu sei que ela tem um carinho especial por esta matéria e que nos torna também um município inovador, ao nível da abordagem, no fundo a um novo conceito criado pelas Nações Unidas, que tem a ver com os objetivos do desenvolvimento sustentável, mas, vou deixá-la explicar essa matéria.”*-----

Pela Senhora Vice-Presidente da Câmara foi feita uma breve explicação do assunto, tendo feito as seguintes considerações:

*“De facto foi publicada há uns tempos pelas Nações Unidas, todo um conjunto de objetivos visando atingir aquilo que se pretende, que é o desenvolvimento sustentável até 2030, portanto o que é denominado de objetivo 2030, e de facto, há um conjunto de dezassete objetivos, cada um deles suportado por todo um conjunto de ações que são ao todo 169 ações e que no fundo, visam para cada um desses objetivos de desenvolvimento sustentável, a concretização de estratégias, ações, medidas, para o seu prosseguimento.*

*O que é que nós entendemos, entendemos que à semelhança do que acontecia com a agenda 2021, de facto, apesar de os objetivos serem a nível macro, de alguma forma nós, ao nível local também estamos a dar o nosso contributo e dessa forma, o que é que pensamos, vamos ver dentro daquilo que é o nosso plano de atividades, dentro das nossas ações, tudo aquilo que estamos a propor para as várias áreas funcionais, em que medida é que, nós estamos a contribuir positivamente para esses mesmos objetivos, e falamos de objetivo como, erradicação da pobreza, igualdade de género, minimização das alterações climáticas, educação de qualidade, uma série deles que tem a ver com a área do território, com a construção sustentável, tudo isto que nós estamos a fazer e que nos propomos a fazer, no fundo, ver em que é que se reflete nestes objetivos. Para isso, nós também vamos fazer uma ação de formação já na próxima semana, dirigida a todos os colaboradores do município e da Esposende Ambiente, nomeadamente às suas chefias, para que todas as iniciativas que agora venham a ser também publicadas, emanadas, divulgadas junto do exterior, que tenham esses selos para as pessoas que estão a participar por exemplo numa caminhada, ou numa câominhada, saberem que estão com a sua atividade, a contribuir para aquele objetivo. Que, se vamos implementar um seminário sobre literacia em saúde, que estamos a contribuir para o cumprimento daquele objetivo, portanto isto será algo que irá entrar no nosso dia-a-dia e que, de certeza absoluta, irá começar a fazer com que, os cidadãos e as pessoas percebam que realmente tudo aquilo que fazem tem impacto e, que seja positivo, naturalmente. Portanto, é isto que se pretende e é de facto uma coisa diferente.”*-----

O Senhor Presidente da Câmara retomou a palavra, tendo referido:

*“Dizer apenas que estamos mesmo na linha da frente nesta matéria, e foi um assunto trabalhado pela senhora Vice-Presidente e nós, na feitura do orçamento quisemos introduzir e basta ver que, por exemplo o município de Famalicão apareceu também há dias já a abordar esta matéria, portanto é uma matéria que é transversal, permite também uniformizar procedimentos e permite-nos estar na linha da frente e isso é muito importante, a relação com estas matérias que têm a ver com o desenvolvimento sustentável.”-----*

Interveio o senhor Deputado Municipal Tito Evangelista, nos seguintes termos:

*“Muito obrigado Sr. Presidente,  
Antes de mais gostava de dizer que, nós vamos ter, o Sr. Presidente e a Mesa, e os Grupos vão ter que alterar o modo de funcionamento desta Assembleia, porque isto da forma como funciona, não é interessante para ninguém, julgo eu, transforma-se num monólogo do Sr. Presidente da Câmara, ao melhor estilo Fidel, que tem um tempo de antena muito superior a todos os grupos juntos.  
Na Assembleia da República, o Governo quando fala, fala tanto como o Grupo Parlamentar que tem mais Deputados, cá não, o Sr. Presidente fala mais que todos os Grupos juntos e portanto...”-----*

O Presidente da Mesa da Assembleia Municipal interrompeu neste momento, tendo referido que tinha que esclarecer em nome da Mesa, que estavam a seguir o que estava no Regimento e se fosse para seguir rigorosamente, teriam que dividir os 30 minutos referentes ao Período de Intervenção dos Senhores Deputados Municipais e dos Senhores Presidentes de Junta de Freguesia, proporcionalmente em função dos resultados eleitorais que tiveram e que poderia garantir que se fizesse isso, os 30 minutos divididos pela bancada que representa a bancada do Partido Socialista, de certeza que não representa 20% do tempo que o Grupo Político utiliza. Mais referiu, nos seguintes termos:

*“O que está previsto no Regimento, é que só o Presidente da Câmara, tem 30 minutos para falar da Informação Escrita e tem outro tanto tempo para responder às questões que lhe são colocadas e nem sequer utilizou esse tempo.*

*Uma proposta da Mesa de alteração ao Regimento posso-lhe garantir que será para cumprir a proporcionalidade dos resultados eleitorais, agora façam as contas.*

*O que interessa neste órgão é que as pessoas sejam devidamente esclarecidas e não faz sentido que os Senhores Deputados façam as questões, perguntem o que querem, façam considerações até sobre considerações e depois quando toca ao Sr. Presidente responder, este não possa responder, isso não é exercício da Democracia e Direito à Liberdade de Expressão e Direito à resposta, de dar conhecimento aos senhores Deputados e às pessoas que estão a assistir.*

*Portanto, se nós queremos esclarecimentos, tem que haver esclarecimento de uma parte e tem que haver esclarecimento da outra.*

*Posso-lhe garantir que entretanto teremos Reunião da Comissão Permanente para fazer uma análise ao Regimento e vamos cumprir o Regimento a exemplo de muitos municípios que existem, em que as maiorias nesses municípios não são do PSD, mas são do Partido Socialista e que, eu ainda há pouco tempo e isto é público, partidos que têm representatividade nessa Assembleia, têm 5 minutos para falar durante a Assembleia toda e portanto, se acha que esse é um exercício democrático, do funcionamento de uma Assembleia, poderemos seguir o exemplo. Tem a palavra para falar especificamente sobre o assunto deste ponto da ordem do dia.”-----*

Voltou a intervir o Deputado Municipal Tito Evangelista, nos seguintes termos:

*“Sr. Presidente,*

*O Sr. Presidente da Câmara há pouco, quando estava a responder-me, referiu que não podia aprovar a nossa recomendação, porque os técnicos eram completamente contra aquele tipo de soluções. Mas quais são os técnicos? São aqueles que puseram esporões na Apúlia e em Fão e provocaram a erosão que provocaram?*

*São os técnicos que fizeram o Portinho e o Esporão do Castelo do Neiva que destruíram Antas?”*-----

O Presidente da Mesa da Assembleia Municipal interrompeu mais uma vez, tendo chamado a atenção do Senhor Deputado Municipal para o facto de estarem no ponto da Ordem do Dia sobre o Plano e Orçamento e as questões que estava a colocar nada tinham a ver com o Plano e Orçamento. Mais referiu que, se não tinha colocado essa questão no devido tempo deveria guardá-la para a próxima Assembleia, ou poderia questionar através da Mesa o Sr. Presidente da Câmara.

O Deputado Municipal Tito Evangelista referiu que, da forma que estava feito o Regimento, depois do Sr. Presidente da Câmara falar, ninguém podia interpelá-lo, ele podia dizer o que quisesse, fosse verdade ou fosse mentira e ninguém mais podia falar.

O Presidente da Mesa da Assembleia Municipal referiu que se esgotasse o seu tempo de intervenção, também depois não podia falar mais nenhuma vez, falavam aqueles que tinham tempo para utilizar a palavra. A partir do momento que esgotava o tempo de intervenção não podia falar mais e que isso acontecia na Assembleia da República e acontecia em qualquer lado. Mais referiu que o Senhor Deputado Municipal tinha a palavra para usar, sobre o assunto Grandes Opções do Plano e Mapa de Pessoal.

O Deputado Municipal Tito Evangelista referiu:

*“Uma vez que nesta Assembleia só se pode falar quando a maioria quer e quando o Sr. Presidente da Câmara quer, eu não falo mais e na altura das votações faço as declarações de voto, porque não há liberdade nem há democracia nesta Assembleia.”*-----

O Presidente da Mesa da Assembleia Municipal referiu que se o Senhor Deputado Municipal não falava era porque não queria, tinha-lhe sido dada a palavra para falar sobre o assunto do Orçamento e não tinha sido dada a palavra para falar de outros assuntos, se desejasse falar de outros assuntos falaria quando lá chegasse se houvesse esses assuntos, as intervenções políticas eram feitas no Período de Intervenção Política, as análises dos assuntos eram feitas nos respetivos assuntos. Mais referiu que isso não era só o que estava no Regimento, mas também o que estava na Lei 75/2013, de 12 de setembro, não se tratava de uma vontade do Presidente da Assembleia, ou da Mesa da Assembleia, tinham era que fazer com que, as coisas funcionassem bem e que as pessoas fossem esclarecidas, os Senhores Deputados quando votavam, os Senhores Presidentes de Junta quando votavam, os Senhores Vereadores quando estavam lá para saber qual era o comportamento da Assembleia e o Público ali presente. Questionou mais uma vez, se o Deputado Municipal não pretendia usar da palavra.



De seguida usou da palavra o Deputado Municipal Penteado Neiva, tendo referido:

*“Ex.mo Senhor Presidente da Assembleia Municipal de Esposende  
Ex.mo Senhor Presidente da Câmara  
Senhoras e Senhores Vereadores  
Senhoras e Senhores Deputados Municipais*

*São hoje apresentados a esta Assembleia Municipal, para análise, e, estamos certos, aprovação, o Orçamento e as Grandes Opções do Plano e o Mapa de Pessoal, num total que ronda os 25,5 milhões de euros. São documentos previsionais referentes a 2019 e acabam por reflectir a dinâmica das políticas públicas neste concelho, expressas na continuação da redução ou mesmo isenção de taxas municipais, no pagamento atempado, por parte da Câmara, aos fornecedores, num significativo aumento do investimento público, num aumento das transferências para as Juntas de Freguesia, enfim um conjunto de indicadores que nos permitem afirmar que o Município de Esposende, liderado pelo PSD, aposta numa política de verdadeiro desenvolvimento sustentado baseado no equilíbrio entre o investimento e a boa saúde das contas públicas.*

*É verdade que queremos mais, o executivo municipal quer mais para o nosso concelho, por isso nas Grandes Opções do Plano vemos medidas que visam a captação de investimento para o nosso concelho, medidas que procuram, sobretudo, a melhoria da qualidade de vida dos nossos munícipes e daqueles que escolhem o nosso concelho para viver, não esquecendo a inclusão de medidas de preservação ambiental, de saúde pública e de protecção aos animais. Não vamos, naturalmente, elencar os grandes projectos que vão ter início este ano e que modificarão, significativamente, a imagem de muitos espaços públicos do nosso concelho, pois estão plasmados dos documentos entregues e em análise.*

*O Grupo Político do PSD não tem dúvidas quanto ao seu voto. Porque queremos que o nosso município continue na senda do desenvolvimento sustentável, porque o executivo municipal nos merece total apoio e porque estamos em sintonia quanto às grandes Opções, não deixaremos de votar favoravelmente estes Documentos Previsionais.”-----*

De seguida usou da palavra a Deputada Municipal Tânia Mota, tendo referido:

*“Ex.mo Senhor Presidente,*

*Eu vou tentar ser breve, mas não posso deixar de começar a minha intervenção, antes de mais, da mesma forma que comecei no ano passado, a propósito da análise também deste ponto. Isto porque, analisado o documento e nomeadamente a página 21, quanto às áreas de intervenção e eu ocupar-me-ei especialmente daquilo que considero que devem ser os Planos Estratégicos para o concelho, tenho que notar que há aqui o penúltimo parágrafo, que diz exatamente a mesma coisa que dizia o documento do ano passado e então diz-se assim: “Procederemos à aquisição dos terrenos que se mostrem necessários para a execução dos novos projetos, tomando como prioridade os que se destinarão à construção de Parques Empresariais, do centro de Negócios, da Construção do Parque da Cidade...” e por aí continuamos. Ora isto do ponto de vista de estratégia, parece-me que realmente continuamos exatamente no mesmo ponto que estávamos o ano passado, do ponto de vista da execução.*

*Por outro lado e passando depois aqui às questões do desenvolvimento económico, quanto ao*

*comércio, serviços e indústria, vejo também, ou tenho pelo menos a capacidade, parece-me a mim e confesso que não estou tão otimista quanto o Senhor Deputado Penteado Neiva, porque realmente eu olho, leio, analiso e, aquilo que se diz é, e depois eu fazia-lhe uma pergunta, é que tem aqui vários pontos e sendo certo que alguns deles são diferentes, e que até me parecem importantes para o concelho, mas, até que ponto é que isto não se trata de uma repetição e até que ponto é que isto não se resolveria com um Centro de Negócios só, mas eu vou passar a explicar que é: "Criaremos um ecossistema empreendedor de base local, criaremos um espaço impulsionador de empreendedorismo destinado à incubação e aceleração de micro e pequenas empresas em regime virtual, ou presencial, criaremos uma agência de promoção económica e captação de investimento para o Município de Esposende, criaremos um Balcão de apoio ao empresário enquanto interface facilitador e desburocratizador dos processos de licenciamento e relacionamento de todos os projetos empresariais com o município." E a minha pergunta aqui, relativamente a estes Planos é, então isto não são tudo coisas relacionadas e isto não poderia resolver-se nomeadamente através do Centro de Negócios? E a minha outra pergunta é, este criaremos é para criar durante o próximo ano, ou para o ano, quando estivermos a discutir as Opções do Plano voltaremos a ter aqui esta indicação e esta listagem?*

*Entretanto, fazer-lhe uma outra pergunta, até porque isto tem também que ver com uma discussão que se fez no ano passado, e embora isso decorra também dos documentos, mas não quero deixar de fazer a pergunta, quanto é que se prevê gastar em despesas com pessoal e se essa previsão é de valor equivalente, o que significa dizer se é de valor igual ao custo que existia antes da reorganização dos serviços.*

*E por ora vou ficar por aqui, sendo certo que, quanto à questão de arrecadação de receita de impostos também tenho que comentários a fazer, mas fá-los-ei aquando da votação das propostas relativas ao IMI e ao IRS. Muito Obrigada!"*

O Presidente da Assembleia Municipal, passou de seguida a palavra ao Senhor Presidente da Câmara para dar os devidos esclarecimentos, tendo o mesmo referido:

*"Bem, da senhora Deputada Tânia Mota, a questão da aquisição de terrenos, claro que está ali outra vez, se nós não os compramos, temos que os comprar, portanto é esse o nosso objetivo e por isso é que está repetido em relação ao ano anterior. Não deixa de ser um objetivo nosso, naturalmente que sim, e a área económica vai merecer uma atenção muito especial e ainda bem que se focou até bastante nisso, durante este próximo ano, sendo certo que, este próximo ano é estratégico, portanto tudo aquilo que disse é verdade, foi colocado na ótica de, na abertura do Centro de Negócios podermos integrar um conjunto de serviços lá dentro, é exatamente isso, estávamos precisamente a comentar, porque na elaboração do documento foi a pensar num espaço para acolher estes vários tipos de valências, e mesmo em termos estratégicos começar a pensar um bocadinho em termos de futuro também, desenvolver esses elementos estratégicos, mas ter também uma base logística para avançar, para o acolhimento ao empresário, para no fundo criar serviços, aprofundar no fundo a nossa parceria com a ACICE, também a esse nível.*

*Quanto à questão das despesas de pessoal que falava, á na ordem dos 5.6 milhões e eu gostava de explicar como nota prévia, é claro que as despesas com pessoal aumentam ano após ano, não vale a pena pensar o contrário, a não ser que venha por aí mais uma Troika e se corte nos salários dos trabalhadores mais uma vez, caso isso não aconteça, vai sempre aumentar.*

*Porquê?*

*Primeiro porque vem aí um plano relativo às novas competências que, com toda a certeza trarão um aumento de responsabilidades e das tais competências por parte do Município, que terão que ser salvaguardadas com mais trabalhadores.*

*Depois, toda a componente das carreiras que estava congelada, portanto, como deve imaginar, houve o descongelamento das carreiras e portanto, há que pagar aos trabalhadores também, no fundo, os valores a que têm direito.*

*Depois, também é verdade que nessa rubrica do pessoal, temos que contar com aquilo que são os projetos financiados. Ou seja, os valores que estão aqui inerente, não são apenas os valores dos salários dos nossos trabalhadores, são também aqueles por exemplo ao nível do insucesso escolar.*

*Nós temos um projeto, financiado, tivemos que contratar dezasseis técnicos em concreto, que estão ao serviço das escolas, num projeto inovador, para três anos e, ao contratar esses técnicos, temos que lhes pagar e entra na rubrica de salários, mas obviamente que esse dinheiro vem dos Fundos Comunitários.*

*E estamos a falar de um valor considerável, pelo menos dos valores que eu tenho aqui as notas por parte do Dr. Nuno Capitão, na ordem dos cento e sessenta e sete mil euros, tem aqui duas parcelas.*

*Também o projeto OMAR, que penso que é um projeto do conhecimento geral, desenvolvido em parceria com a Universidade do Minho e com o Fórum, tem aqui um valor para salários para o ano de 2019, no valor de cinquenta e cinco mil e trezentos euros.*

*Temos o veterinário municipal, temos o Eng. Encarnação, temos uma série de situações que contam também para esta parte do pessoal, portanto, a questão da atualização das carreiras, só para ter uma noção, custou-nos cem mil euros. E basta dizer também aqui outra coisa, a atualização do salário mínimo, automaticamente altera os salários, portanto a progressão anual, claro que é em valores baixos, mas se juntarmos todas estas parcelas, porque nós não subimos os salários aos trabalhadores porque sim, não é, não podemos fazê-lo, isto obedece a uma tabela.*

*O volume dos salários aumentou é verdade, passou pela integração dos precários, é importante dizer isto também, são cerca de quatrocentos mil euros que pesa no Orçamento Municipal, mas, também é verdade que temos a proporção de descida em relação aquilo que eram as prestações de serviço, como sabe, foi o Governo que criou esta medida e nós aplaudimos essa medida, gente que trabalhava há 10 e 15 anos na Câmara a passar recibos verdes, isso não faz sentido nenhum. Portanto, demos estabilidade a essas pessoas, como o Governo nos permitiu dar e ainda bem, em boa hora o fez e isso sobrecarrega obviamente a componente dos salários, mas também é verdade que deixamos de pagar as prestações de serviço que estavam a ser feitas em grande número e alguns, é curioso que, alguns até diminuíram, há trabalhadores que ganhavam mais como prestadores de serviços, do que hoje com o seu salário, pela carreira, porque entram na parte da carreira menos favorável, embora haja aqui umas atualizações e uns direitos, que podem eventualmente ser considerados em relação aos anos que já estavam a trabalhar.*

*Portanto em conclusão, essa componente vai sempre aumentar, no orçamento municipal.*

*O nosso exercício tem que ser por um lado, que o Estado nos transfira os valores correspondentes a esse aumento da componente salarial, e é um dos grandes medos que está subjacente à transferência das competências, é se o Estado vai ou não transferir juntamente com as competências, a componente financeira correspondente, se o vai fazer ou não. Os*

*municípios têm consciência que pode não ser bem assim, é uma situação que vamos ter que acautelar, mas nós não podemos cortar nos trabalhadores, é mais do que isso, continuar a dizer que nós somos dos Municípios que menos trabalhadores tem ainda, apesar de tudo que se possa dizer, porque isto é um fenómeno que ocorreu em todos os municípios do País, somos os que menos trabalhadores tem por município, ou, por mil habitante, se quiser, porque é esse o rácio que é calculado. Quanto a isso, nós não podemos fazer muito mais.”-----*

A Deputada Municipal Tânia Mota, voltou a pedir a palavra para reforçar a questão que tinha colocado, nos seguintes termos:

*“O que eu pergunto é se, o que prevê gastar com as despesas de pessoal, é de valor idêntico ou igual ao que gastaria se não houvesse a reorganização de serviços, esta é a minha questão, porque isto está relacionado com o que esteve em discussão o ano passado por esta altura.”---*

Pelo Sr. Presidente da Câmara foi prestado o seguinte esclarecimento:

*“Eu lembro-me de lhe dizer que, não prevíamos um aumento, a nossa perspetiva era que, ao diminuirmos as correspondentes prestações de serviços, conseguiríamos ter um equilíbrio em relação aos salários que iríamos pagar, portanto neste momento essa é uma questão que poderá ser respondida pelos serviços técnicos em concreto, porque tem que ser trabalhador, a trabalhador, ver quanto é que ganhava e quanto é que passou a ganhar, mas eu acredito que haja aqui um equilíbrio em tudo isto, sendo certo que, no global, haverá sempre este aumento e isso é incontornável.”-----*

Colocado o assunto à votação:

**A ASSEMBLEIA MUNICIPAL DELIBEROU, POR MAIORIA DOS PRESENTES, APROVAR OS DOCUMENTOS PREVISIONAIS PARA O ANO DE 2019 – ORÇAMENTO, GRANDES OPÇÕES DO PLANO, MAPA DE PESSOAL E AS AUTORIZAÇÕES CONSTANTES DAS NORMAS DE EXECUÇÃO DO ORÇAMENTO, COM 21 VOTOS A FAVOR DOS MEMBROS DO GRUPO POLÍTICO DO PPD/PSD E DOS PRESIDENTES DE JUNTA DE FREGUESIA E DAS UNIÕES DE FREGUESIAS; COM 7 VOTOS CONTRA DOS MEMBROS DO GRUPO POLÍTICO DO JPNT, DOS MEMBROS DO GRUPO POLÍTICO DO PS E DO MEMBRO DO GRUPO POLÍTICO DO PCP; E 1 ABSTENÇÃO DO MEMBRO DO GRUPO POLÍTICO DO CDS-PP.-----**

Pelo Grupo Político do PS foi apresentada declaração de voto que se transcreve: *“Votamos contra porque este Plano e Orçamento antes de mais é ilegal por violação dos artigos 7º e 8º da Lei 8/2009 e o artigo 46º da Lei 73/2013. Para além disso, é um Orçamento e um Plano sem a participação da sociedade civil e antidemocrático, como a maioria do PSD é, o que não nos deve espantar atendendo ao estilo de Bolsonaro, até se recusaram a participar em debates com os outros grupos políticos.*

*Para além disso, é um Orçamento e um Plano que representa uma decepção, porque durante o primeiro ano de mandato esta Câmara foi um fiasco, conforme já referi na última Assembleia Municipal. E, há coisas que são impercetíveis, por exemplo, durante anos e anos, a Câmara andou a bater-se pela Estação Rádio Naval e pelo Forte S. João Batista, quando era esperado*

*que o Forte S. João Batista e a Estação Rádio Naval tivessem os projetos prontos para avançar para as obras, a única coisa que fez, foi o lançamento de um concurso para fazer a limpeza do espaço.*

*É um Orçamento em que, se gasta quase seis milhões de euros na aquisição de serviços, com algumas rubricas altamente duvidosas.*

*É um Orçamento e um Plano que, não responde aos verdadeiros desafios de desenvolvimento que Esposende tem e que tem situações que são até no fundo caricatas, como por exemplo, dotar com cem euros o Parque Temático dos famosos Moinhos da Abelheira. Há anos e anos, que se fala no assunto, que esta situação se fala nesta Assembleia e não se faz nada, portanto, com um Orçamento e um Plano destes, e um desempenho que sabemos que será fraco, aliás como já foi anunciado pelo Sr. Presidente da Câmara, irá ter um Saldo, por execução do Orçamento deste ano, de cinco milhões de euros, e vai introduzir a próxima alteração lá para abril é o costume, depois das contas aprovadas, será um Orçamento que nós não podemos votar a favor, por isso, o Partido Socialista vota contra.”*-----

Pela Deputada Municipal do CDS-PP, foi apresentada declaração de voto que se transcreve: *“Abstenho-me, no entanto não deixa de ser de forma vigilante quanto à execução dos projetos a que se propõe, sendo certo que, considero que, quanto a projetos estruturais para o bom desenvolvimento do concelho de Esposende, entendemos que poder-se-ia e dever-se-ia ter feito uma aposta mais forte.”*-----

Pelo Grupo Político do JPNT foi apresentada declaração de voto que se transcreve: *“O ano passado já alertamos para o facto de, o Sr. Presidente da Câmara gostar de apresentar Planos e Orçamentos muito ambiciosos, de forma a emitir grandes notas de imprensa, mas depois é o que se vê, as execuções são miseráveis.*

*Tal como o ano passado, continuaram com a mesma estratégia de desenvolvimento e para mal dos nossos pecados, vamos continuar a ser ultrapassados pelos concelhos vizinhos em áreas tão importantes como a fixação de empresas, a criação de riqueza e a criação de emprego. Denota-se uma preocupante incapacidade em investir em infraestruturas e equipamentos, mas não podemos deixar de referir que há uma coisa em que este executivo é muito bom, que é, na arrecadação de receitas proveniente de cobrança de impostos, taxas e tarifas aos munícipes. Também é bom a desbaratar dinheiro em coisa que, pelo menos do nosso ponto de vista, são perfeitamente secundárias, é a publicidade, a propaganda e a diversão.*

*No despesismo também é excelente, note-se que, em apenas seis anos, os encargos do município com recursos humanos aumentaram mais de 40%, para este executivo não importa o futuro, é gastar enquanto há e quem vier a seguir que se desenrasque, é que estes encargos ficarão para o futuro. Mas, pior que estas despesas com pessoal são outras mais duvidosas como sejam a locação de edifícios, os estudos, os pareceres, os projetos e a consultoria.*

*Revolta-nos a nós que se gaste tanto em estudos, pareceres, projetos e consultores e se dê tão pouco às Juntas de Freguesia. Elas não merecem? Não precisarão?*

*Para nós é revoltante e para os senhores Presidentes de Junta aqui presentes também deveria ser e só se compreende o voto favorável dos mesmos, por disciplina partidária, ou respeito institucional.*

*Não podemos compactuar com esta gestão e por isso, votamos contra.”*-----

**02.06 - APROVAÇÃO DA PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL DA TAXA DO IMPOSTO MUNICIPAL SOBRE IMÓVEIS, NOS TERMOS DA ALÍNEA D) DO Nº 1 DO ARTIGO 25º DA LEI 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO. -----**

De harmonia com deliberação da Câmara Municipal, tomada em reunião realizada no passado dia 31 de outubro de 2018, foi presente na sessão Proposta para a fixação da taxa do Imposto Municipal sobre Imóveis para o ano de 2019, nos termos da alínea d) do nº 1 do artigo 25º da lei 75/2013, de 12 de setembro. Fica arquivada cópia da mesma junto à minuta da ata da presente sessão, da qual faz parte integrante e que aqui se dá como transcrita.-----

Pelo Senhor Presidente da Câmara foi feita uma breve explicação do assunto.

Interveio a senhora Deputada Municipal Tânia Mota, nos seguintes termos:

*“Eu quanto a este ponto em especial queria dizer o seguinte, é de facto de louvar esta proposta, que aliás vem sendo apresentada ao longo dos últimos anos, mas também é relevante dizer e à semelhança do que, também já dissemos o ano passado, que, a receita não baixa, apesar de a taxa ser a mesma e isso também está muito relacionado com o valor patrimonial dos prédios, por isso, louva-se a iniciativa é verdade, mas também esclareça-se que o Município não fica com isso a perder, e no fundo, era esta observação que eu queria fazer, vou votar favoravelmente, mas penso que era importante esse esclarecimento.”-----*

O Presidente da Assembleia passou a palavra ao Sr. Presidente da Câmara para prestar os devidos esclarecimentos:

*“Baixou, houve um ano em que baixou mas é assim, está estabilizada a taxa, cada vez há mais contribuintes, todos os anos, porque cada vez há mais imóveis que acaba a isenção e começam a pagar e portanto é natural que a receita vá aumentando e vão sempre sendo construídos novos imóveis, é uma receita que à partida será sempre em crescendo, acredito eu, ao longo dos próximos anos, porque não há razão para que não aconteça, para eu não se continue a pagar. De resto, claro que é uma receita importante, o município, se lhe retirassem o valor do IMI, era ingerível, portanto, nós temos consciência disso, é o próprio Estado que o diz, que a receita do IMI reverte para o município, assim como a do IUC e a do IMT, mas é o que temos que gerir para depois fazermos tudo aquilo que podemos fazer em termos de obras, em termos de área social, em termos de cultura, educação, etc.*

*Portanto, é verdade o que diz, mas repare, eu gostava que percebessem que cada 0,01 implica praticamente 120 a 130 mil euros, portanto se nós estivéssemos a falar de uma taxa de 0,31, eu teria mais cento e tal mil euros. Se tivéssemos em 0,35, teríamos mais 600 mil euros ano, o que quer dizer que, também teríamos mais dois milhões de euros ao final do mandato, e há muitos município, muitos por aí fora que têm 0,35 e 0,37 e por aí fora e aqui bem perto de nós. Portanto, já há aqui um grande esforço, se é verdade que a receita é importante, é, mas também é verdade que podíamos ter uma receita muito maior e abdicamos dela. É isso que é importante que fique bem claro.”-----*

Colocado o assunto à votação:

A ASSEMBLEIA MUNICIPAL DELIBEROU, POR MAIORIA DOS PRESENTES, APROVAR A PROPOSTA APRESENTADA E, ASSIM, FIXAR A TAXA DO IMPOSTO MUNICIPAL SOBRE IMÓVEIS PARA VIGORAR NO ANO DE 2018 EM 0,30%, COM EFEITOS NA LIQUIDAÇÃO QUE SERÁ FEITA EM 2019.-----  
MAIS DELIBEROU A REDUÇÃO DA TAXA DE IMI DESTINADO A HABITAÇÃO PRÓPRIA E PERMANENTE, COINCIDENTE COM O DOMICÍLIO FISCAL DO PROPRIETÁRIO, EM FUNÇÃO DO NÚMERO DE DEPENDENTES QUE, NOS TERMOS DO ARTIGO 13º DO CÓDIGO DO IRS, COMPÕEM O AGREGADO FAMILIAR DO PROPRIETÁRIO, EM: A) € 20 PARA 1 DEPENDENTE A CARGO; B) € 40 PARA 2 DEPENDENTES A CARGO; C) € 70 PARA 3 DEPENDENTES A CARGO.-----  
DELIBEROU AINDA, NOS TERMOS E PARA OS EFEITOS DO Nº 19 DO ARTIGO 71º – INCENTIVOS À REABILITAÇÃO URBANA - DO ESTATUTO DOS BENEFÍCIOS FISCAIS (EBF): A) ISENTAR DE IMI OS PRÉDIOS URBANOS OBJETO DE AÇÕES DE REABILITAÇÃO NOS TERMOS DA RESPECTIVA ESTRATÉGIA DE REABILITAÇÃO DO MUNICÍPIO, POR UM PERÍODO DE CINCO ANOS, A CONTAR DO ANO, INCLUSIVE, DA CONCLUSÃO DA MESMA REABILITAÇÃO, PODENDO SER RENOVADA POR UM PERÍODO ADICIONAL DE CINCO ANOS, CONFORME DISPOSIÇÕES DO Nº 7 DO ARTIGO 71º DO EBF; B) ISENTAR DO IMPOSTO MUNICIPAL SOBRE TRANSAÇÕES AS AQUISIÇÕES DE PRÉDIO URBANO OU FRAÇÃO AUTÓNOMA DE PRÉDIO URBANO DESTINADO EXCLUSIVAMENTE A HABITAÇÃO PRÓPRIA E PERMANENTE, NA PRIMEIRA TRANSMISSÃO ONEROSA DO PRÉDIO REABILITADO, QUANDO LOCALIZADO NA “ÁREA DE REABILITAÇÃO URBANA”, CONFORME DISPOSIÇÕES DO Nº 8 DO ARTIGO 71º DO EBF. TENDO PRESENTE AS COMPETÊNCIAS CONFERIDAS AOS ÓRGÃOS MUNICIPAIS RELATIVAMENTE ÀS TAXAS A APLICAR NA ÁREA DO MUNICÍPIO REFERENTES AO IMPOSTO MUNICIPAL SOBRE IMÓVEIS, COMPETÊNCIAS ESTAS CONSAGRADAS NO ARTIGO 112º DO CÓDIGO DO IMPOSTO MUNICIPAL SOBRE IMÓVEIS, APROVADO PELO DECRETO-LEI Nº 287/2003, DE 12/11.-----  
VOTARAM A FAVOR 27 MEMBROS DOS GRUPOS POLÍTICOS DO PPD/PSD, DO JPNT, DO CDS-PP E DO PCP, OS PRESIDENTES DE JUNTA DE FREGUESIA E DAS UNIÕES DE FREGUESIAS, E ABSTIVERAM-SE 2 MEMBROS DO GRUPO POLÍTICO DO PS.-----

Pelo Deputado Municipal do Grupo Político do PS, foi apresentada a declaração de voto que se transcreve: *“Abstemo-nos, porque embora concordemos com a fixação dos valores mínimos do IMI, não podemos deixar de à semelhança do que já foi referido no ano passado, verberar o valor tributável dos prédios no concelho de Esposende, que em alguns casos é superior ao seu valor comercial, e o fator do IMI familiar porque, achamos que é uma atribuição cega de benefício, independentemente das capacidades económicas das famílias. A justiça social seria melhor feita, ao nível do IRS por exemplo.”*-----

**02.07 - APROVAÇÃO DA PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL DA TAXA MUNICIPAL DOS DIREITOS DE PASSAGEM PARA O ANO DE 2019, NOS TERMOS DA ALÍNEA B) DO Nº 1 DO ARTIGO 25º DA LEI 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO.**-----

Foi presente na Sessão proposta da Câmara Municipal, que de harmonia com a sua deliberação tomada em 31 de outubro de 2018, solicita à Assembleia Municipal que se mantenha para 2019 o valor fixado nos anos anteriores, para a Taxa Municipal dos Direitos de Passagem ou seja, 0,25%. Fica arquivada cópia da mesma junto à minuta da ata da presente Sessão, da qual faz parte integrante e que aqui se dá como transcrita. -----

Pelo Senhor Presidente da Câmara foi feita uma breve explicação do assunto.

Interveio o Presidente da Junta da União de Freguesias de Apúlia e Fão, nos seguintes termos:

*“A ideia é esta, eu compreendo a taxa municipal dos direitos de passagem, que tem a ver com as telecomunicações e esta é a taxa máxima que me parece que o município pode aplicar. É uma taxa que não está na minha fatura de telecomunicações não aparece registada, portanto é sinónimo de que, o operador paga e ela entra diretamente nas Câmaras, perfeito, e a Câmara está a contar com onze mil e quinhentos euros no próximo ano, dessa taxa. Agora acontece outra coisa que tem a ver com a taxa de ocupação do subsolo, que nós pagamos na fatura do gás, que o Orçamento de 2017 já dizia que as operadoras não podiam cobrar-nos a nós, portanto seria um pagamento direto às Câmaras, não passava pelos consumidores, e essa taxa de ocupação do subsolo, eu necessito de dois esclarecimentos, eu não a vejo rubricada nas receitas do Orçamento, suponho que a Câmara a recebe, porque nós pagámo-la enquanto consumidores. Entretanto eu tive curiosidade e fui ver quem era o operador aqui, ou que tinha a licença para operador aqui e esse operador diz que paga ao município de Esposende sessenta e cinco mil euros. Portanto, há aqui uma questão que tem a ver com isto, que é o facto dos clientes estarem a pagar uma taxa, a entregar ao operador, o operador entrega à Câmara, quando na realidade a lei, o Orçamento de Estado de 2017, eu sei também que há aqui um litígio, nesta taxa de ocupação do subsolo, até porque as operadoras não querem ser elas a pagar a taxa e têm essa posição para com o consumidor, o que se pede aqui à Câmara Municipal, primeiro tenho dúvidas não sei onde é que está a rubrica e se na realidade é isto, se somos nós os consumidores que estamos a assumir esta taxa, estes sessenta e cinco mil euros, somados aos onze mil da taxa municipal dos direitos de passagem, são valores residuais para a Câmara Municipal, sobretudo quando está em causa aquilo que o cliente final não deveria pagar, o que eu pedia aqui sensibilidade ao Sr. Presidente, era que estes cerca de setenta mil euros que recebe de taxas de ocupação e dos direitos de passagem, os entregasse às Juntas de Freguesia na devida proporção das famílias que lá estão.”* -----

O Presidente da Assembleia passou a palavra ao Sr. Presidente da Câmara para prestar os devidos esclarecimentos:

*“Bem é assim, é uma proposta. É uma proposta, obviamente que nós, os princípios que estarão subjacentes à ocupação do espaço público terão a ver com outro tipo de matérias, nomeadamente o conceito de fiscalização dessas empreitadas e despesas inerentes ao município. Quanto à questão da rubrica onde está vertido ou não esse valor, eu pediria ajuda ao Dr. Nuno Capitão aqui presente nesta Assembleia. Quanto à questão, nós em relação às Junta de Freguesia fazemos um exercício bastante*



*complexo para conseguirmos de alguma forma entregar os valores que entendemos que podemos entregar para a gestão das Freguesias, sendo certo que, como é do seu conhecimento, eu quando cheguei, aumentei as transferências, naquilo que era possível fazer na altura, para as Juntas de Freguesia, mas há sempre uma situação, nós estamos sempre disponíveis para discutir essas matérias e para ver aquilo que é possível fazer em relação às freguesias, desde que seja, obviamente para utilização nos fins que se pretenda e daquilo que são as competências das Juntas de Freguesia, que não são poucas. Mas eu ia pedir ao Dr. Nuno Capitão para explicar onde é que se pode encontrar essa rubrica, onde está vertida essa receita por parte das operadoras, da Portgás, eventualmente.”*-----

Pelo Dr. Nuno Capitão foi referido que a taxa estava nas receitas que o município cobra e estava prevista no Código Regulamentar, no anexo, na tabela de taxas.

O Presidente da Assembleia passou novamente a palavra ao Sr. Presidente da Câmara para os devidos esclarecimentos:

*“Só para esclarecer, em relação a esta matéria eu recorde-me de ter participado numa reunião, há cerca de um ano e meio a esta parte, na ANMP, porque havia de facto, muitas discrepâncias em relação à cobrança desta taxa de ocupação do subsolo, havendo municípios a cobrar quatro e cinco euros por metro linear e outros até a pensarem cobrar mais, o que em determinados municípios com este tipo de infraestruturas, são valores exorbitantes e portanto, até se criou um grupo específico, dentro da ANMP, para tratar estas matérias, para haver uma uniformização. Nós nunca mais fomos contactados, não sei exatamente o ponto da situação dessa matéria, mas por acaso, já que levantou essa questão, durante a próxima semana questionaremos a própria ANMP, para saber como é que evoluiu essa matéria, se de facto já foi criada uma uniformização por todos os municípios ou não, tem que haver alguma razoabilidade e se é ou não cobrado aos clientes, isso poderá ser ou não ser, neste caso faz toda a diferença, para nós, porque poderemos eventualmente cobrar um valor mais interessante e pensar em fazer um negócio com as Juntas de Freguesia a seguir.”*-----

Colocado o assunto à votação:

**A ASSEMBLEIA MUNICIPAL DELIBEROU, POR UNANIMIDADE, APROVAR A PROPOSTA APRESENTADA E ASSIM FIXAR EM 0,25% A TAXA MUNICIPAL DOS DIREITOS DE PASSAGEM A APLICAR EM 2019.**-----

**02.08 - APROVAÇÃO DA PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL SOBRE A PARTICIPAÇÃO VARIÁVEL NO IRS PARA O ANO DE 2019, NOS TERMOS DO Nº 2 DO ARTIGO 26º DA LEI 73/2013, DE 3 DE SETEMBRO.**-----

Foi presente na Sessão proposta da Câmara Municipal, que de harmonia com a sua deliberação tomada em 31 de outubro de 2018, solicita à Assembleia Municipal que se mantenha o valor fixado para os anos anteriores, ou seja, uma participação variável de 5% no IRS dos sujeitos passivos com domicílio fiscal no concelho de Esposende, relativa aos rendimentos do ano de 2019. Fica arquivada cópia da mesma junto à minuta da ata da presente Sessão, da qual faz parte integrante e que aqui se dá como transcrita. -----

Pelo Senhor Presidente da Câmara foi feita uma breve explicação do assunto.

Interveio a Deputada Municipal Tânia Mota, nos seguintes termos:

*“Eu começava a minha intervenção, desde logo discordando do Sr. Presidente quando fala em lucros das pessoas individuais, as pessoas individuais, no fundo trabalham, e os seus rendimentos são tributados, dependendo naturalmente da natureza e do volume dos seus rendimentos, uns ganham mais outros menos, naturalmente é assim que tem que ser.*

*Mas, isto para lhe dizer o seguinte, eu no que diz respeito aqui à taxa que se propõe para o município, nós, olhando para os Documentos Previsionais, logo ali no início, quando se fala das receitas fiscais, diz-se o seguinte: “Comparativamente ao ano anterior, prevê-se que as receitas fiscais tenham um aumento de quinhentos e dezanove mil, quinhentos e trinta e cinco mil euros”.*

*Ora bem, pergunto eu se, face ao aumento destas receitas fiscais na generalidade, e que, no fundo este aumento acaba por se traduzir num aumento, não só da parte dos impostos na generalidade, do IMI, do IMT, se não é de pensar beneficiar um bocadinho os munícipes do concelho, aliviando-lhes aqui a carga fiscal, ao nível do IRS. Esta é a pergunta que eu lhe deixo.*

*Então se o município vai buscar mais receita, porque é que, não pode fazer este alívio?*

*O ano passado o Sr. Presidente dizia a este propósito, o seguinte: “isto é tudo uma questão de prioridades e eu preciso desta receita.*

*Muito bem, mas bom, temos aqui um aumento este ano da receita e nem por isso vemos da parte do município uma intenção de fazer um alívio fiscal aos seus munícipes.*

*Explique-me isto, que eu não consigo perceber.”*-----

O Presidente da Assembleia passou a palavra ao Sr. Presidente da Câmara para os devidos esclarecimentos:

*“ Bem, eu quase que diria que já foi respondido o ano passado.*

*Nós temos que optar. Isto é muito simples, nós já temos uma política fiscal, das mais baixas, já falei aqui do facto de não subirmos taxas desde há seis anos a esta parte, portanto nós não aumentamos coisíssima nenhuma, se formos abdicar ainda dos 5%, se as despesas aumentarem e as receitas diminuírem, o que é que íamos encontrar a seguir, uma dívida igual à de Portimão e outros municípios, de cento e quarenta milhões de euros?*

*A gestão não se faz assim, obviamente.*

*Se nós queremos investir, se temos um Plano de Investimentos, que eu tive o cuidado de vos preparar, de mostrar a realidade do município, não estamos a falar do PPI, estamos a falar das obras que estão em curso, com custos, com tudo direitinho, dezasseis milhões de euros, acham que temos uma máquina de fazer notas na Câmara Municipal? Obviamente que o dinheiro vem de Fundos Comunitários, o Estado não tem dado, aumentou um pouco a receita, mas não chega para cobrir as despesas com pessoal, portanto de onde é que vem o dinheiro?*

*Eu acho que nós, é só comparar com os outros municípios. Somos municípios, todos mais ou menos com as mesmas competências, as mesmas realidades, nós não podemos fazer milagres.*

*Acredite que, o grande exercício que nós temos que fazer é introduzir justiça fiscal.*

*Eu nunca fiz promessas eleitorais no sentido de acabar com esses 5%, houve quem fizesse, nós*

*não fizemos, sempre dissemos que era para manter tanto quanto possível, manter a situação, também nunca disse que ia subir sequer, vamos tentar manter este equilíbrio fiscal. Não subimos porque tentamos manter a carga fiscal o mais baixa possível e conseguimos apesar disso, ter um volume de investimento enorme. Sendo certo que esse aumento que fala, se ler o que está no parágrafo seguinte, diz que grande parte disto se deve ao aumento do IMT. Isso tem a ver com a atividade económica, não tem a ver com o aumento dos impostos sobre as pessoas. Tem a ver com a venda dos imóveis, vendem-se mais imóveis, há uma aceleração económica e o nosso concelho é um bom exemplo disso e portanto, há mais receita.”-----*

Colocado o assunto à votação:

A ASSEMBLEIA MUNICIPAL DELIBEROU, POR MAIORIA DOS PRESENTES, APROVAR A PROPOSTA APRESENTADA E, ASSIM, APLICAR DURANTE O ANO DE 2019 UMA PARTICIPAÇÃO VARIÁVEL DE 5% NO IRS, NOS TERMOS DO DISPOSTO NO NÚMERO 2 DO ARTIGO 26º DA LEI Nº 73/2013, DE 03 DE SETEMBRO, COM 21 VOTOS A FAVOR DOS MEMBROS DO GRUPO POLÍTICO DO PPD/PSD, DO MEMBRO DO GRUPO POLÍTICO DO PCP E DOS PRESIDENTES DE JUNTA DE FREGUESIA E DAS UNIÕES DE FREGUESIAS; E 8 VOTOS CONTRA DOS MEMBROS DO GRUPO POLÍTICO DO PS, DO GRUPO POLÍTICO DO JPNT E DO MEMBRO DO GRUPO POLÍTICO DO CDS-PP.-----

Pelo Grupo Político do JPNT foi apresentada declaração de voto que se transcreve: “Nós discutimos aqui há bocado a proposta de Orçamento para 2019 e dali resulta, como já foi dito, que haverá um aumento das receitas do município, proveniente da cobrança de impostos aos municípios.

*O IMI vai aumentar, a receita do IMT também, acresce que o Orçamento de Estado vai contemplar um aumento de 400 mil euros, nas transferências para o município, ou seja, dinheiro não vai faltar ao município, mas o município quer ainda mais e quer mais à custa dos seus municípios.*

*Relativamente à participação do IRS, os municípios podem dizer se pretendem ficar com a totalidade da coleta, se optam por ficar com uma parcela da coleta devolvendo o montante restante aos cidadãos do seu município, ou se pretendem devolver tudo aos seus municípios.*

*O município de Esposende quer tudo.*

*Não veríamos mal nisso, se o dinheiro que podia ser devolvido aos seus municípios, fosse bem gerido mas, infelizmente não é o caso e eu vou dar exemplos de outros municípios em que cobram menos:*

*Ponte da Barca cobra 0%, devolve tudo; Ponte de Lima, devolve tudo; Póvoa de Varzim fica-se pelos 4%; Caminha 1,5%; Braga 4,25%; Esposende cobra 5%, a totalidade, o máximo que se pode cobrar.*

*Assim e porque entendemos que o município em 2019 teria mais do que nunca condições e até obrigação de devolver aos municípios a coleta de IRS, à semelhança destes municípios que já referi, votamos contra esta proposta.”-----*

Pelo Grupo Político do PS foi apresentada declaração de voto que se transcreve: “Votamos contra porque à semelhança do que já referimos o ano passado, a forma que o município tem de ficar com a totalidade do IRS que lhe é permitido é incorreta. É incorreta, é incoerente com

*as outras propostas a nível de taxas e impostos municipais e não é verdade aquilo que foi aqui explicado pelo Sr. Presidente da Câmara relativamente a este imposto e aos impostos e à confusão que foi gerada no sentido de fazer a sua proposta.*

*E porque é que é incorreta e porque é que é injusta?*

*É incorreta porque toda a gente sabe, basta ler os manuais, que o imposto socialmente mais justo e onde se pode fazer uma justiça social através da via fiscal são os impostos sobre o rendimento. E este é um imposto sobre o rendimento.*

*Isto não é para tributar lucros como disse o Sr. Presidente da Câmara, lucros das pessoas, isto é para tributar os rendimentos do trabalho e portanto, se havia razão ara haver aqui alguma mexida em termos de impostos, em algum imposto, era neste e é inadmissível que a Câmara tome por exemplo a solução de, cobrar a taxa mínima de IMI aos proprietários e nos rendimentos do trabalho, que são para os proprietários e para os outros, aqueles que não são e que nem têm possibilidades de ter uma casa, a Câmara não tenha qualquer sensibilidade social. Portanto, se havia algum imposto que a Câmara devia ter em conta e podia diminuir era o IRS e era aí que a Câmara devia intervir, isso sim é que era uma forma de captar população residente em Esposende, não são as festas como o Sr. Presidente da Câmara disse, que ajudam a vender casas, mas sim a fixação de população, tem muito a ver com a via fiscal.*

*E portanto, era a nível de IRS que a Câmara devia intervir e devia prescindir de parte da sua receita, ainda que necessitasse de a compensar, pudesse fazê-lo a outro nível, nomeadamente através do IMI, fazer essa compensação. Porque a Câmara por exemplo, faz uma aplicação cega da tarifa familiar e chega ao fim, no IRS que tem a ver com todos, a Câmara não prescinde de nada. Isso é que é injustiça social e portanto, nós votamos contra porque entendemos que é uma atitude errada e que é uma atitude que contraria a justiça social e não favorece a fixação de população nem favorece os mais necessitados do concelho.”*

*Pelo Grupo Político do CDS-PP foi apresentada declaração de voto que se transcreve: “Voto contra, desde logo porque, o município tinha mais do que uma opção, no que diz respeito aqui à taxa variável de IRS. O município opta por ficar com tudo, não opta por ficar com alguma coisa, isto dentro da gestão das prioridades, sendo certo que, o município até tem mais receita do ponto de vista fiscal, não obstante isso, entendeu não fazer alívio fiscal nenhum. Quer tudo e não vem aqui apresentar uma proposta de alívio. Eu quando fiz a minha intervenção, não significa que viesse aqui dizer que ia devolver tudo, podia não devolver tudo, mas poderia pelo menos devolver parte e deveria fazê-lo, até porque tem margem no âmbito da receita fiscal, vai acabar por receber em maior volume e isto acaba por penalizar naturalmente os municípes do concelho.*

*Parece-me de facto, uma péssima estratégia e seria bom sinal, um sinal muito positivo, este alívio fiscal, porém não é esse o caminho que se pretende seguir e por esse motivo voto contra. Sem esquecer por mais que o município possa falar em gestão de prioridades e se formo falar de gestão de prioridades, também poderíamos ter aqui algumas sugestões a dar, mas não obstante isso, há que ter em consideração que entendem captar o máximo, sendo certo que, terão uma receita fiscal com um aumento de cerca de quinhentos e vinte mil euros e nem isso tiveram em consideração, quando ponderaram esta proposta que aqui apresentaram. E por estes motivos voto contra.”*

## **02.09 - APROVAÇÃO DA PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL PARA A ISENÇÃO DE TAXAS PELA OCUPAÇÃO DO ESPAÇO PÚBLICO E PUBLICIDADE,**

**QUANDO CONEXAS A QUALQUER ATIVIDADE ECONÓMICA, PARA O ANO DE 2019, NOS TERMOS DA ALÍNEA B) DO Nº 1 DO ARTIGO 25º DA LEI 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO.**-----

Foi presente na Sessão proposta da Câmara Municipal, que de harmonia com sua deliberação tomada em 31 de outubro de 2018 solicita à Assembleia Municipal autorização para a isenção do pagamento das taxas de ocupação do espaço público e publicidade, quando conexas a qualquer atividade económica, no período entre 1 de janeiro de 2019 e até aprovação e entrada em vigor do Regulamento Municipal de Ocupação do Espaço Público e Publicidade que se encontra em revisão. Fica arquivada cópia da mesma junto à minuta da ata da presente Sessão, da qual faz parte integrante e que aqui se dá como transcrita. -----

Pelo Senhor Presidente da Câmara foi feita uma breve explicação do assunto.

Colocado o assunto à votação:

A ASSEMBLEIA MUNICIPAL DELIBEROU, POR MAIORIA DOS PRESENTES, APROVAR A PROPOSTA NOS TERMOS APRESENTADOS, E ASSIM CONCEDER A ISENÇÃO DO PAGAMENTO DAS TAXAS DE OCUPAÇÃO DO ESPAÇO PÚBLICO E DE PUBLICIDADE PREVISTAS NOS ARTIGOS 31º, 34º, 35º, 36º, Nº 1 E Nº 4 DO ARTIGO 37º E ARTIGO 39º A DO CAPÍTULO V DO ANEXO 8 DA TABELA DE TAXAS E PREÇOS MUNICIPAIS, NO PERÍODO ENTRE 1 DE JANEIRO DE 2019 E ATÉ APROVAÇÃO E ENTRADA EM VIGOR DO REGULAMENTO MUNICIPAL DE OCUPAÇÃO DO ESPAÇO PÚBLICO E PUBLICIDADE, COM 27 VOTOS A FAVOR DOS MEMBROS DO GRUPO POLÍTICO DO PPD/PSD, DOS MEMBROS DO GRUPO POLÍTICO DO JPNT, DO MEMBRO DO GRUPO POLÍTICO DO PCP, DO MEMBRO DO GRUPO POLÍTICO DO CDS-PP, DOS PRESIDENTES DE JUNTA DE FREGUESIA E DAS UNIÕES DE FREGUESIAS, E 2 VOTOS CONTRA DOS MEMBROS DO GRUPO POLÍTICO DO PS.-----

Pelo Grupo Político do PS foi apresentada declaração de voto que se transcreve: "*Votamos contra porque esta proposta revela antes de mais uma mentira e uma incoerência.*

*A mentira é porque não existindo Regulamento a Câmara nunca podia cobrar taxas, a segunda porque não assumindo isso, vem dizer que quer isentar estas taxas.*

*Quando ainda há pouco estivemos a discutir o alívio fiscal dos cidadãos em geral por via do IRS e a Câmara diz que não pode prescindir de dinheiro, sabe-se lá para quê, deve ser para o depositar no BIC, vimos agora que para este tipo de atividades, então para aqui já pode prescindir destas taxas, aqui já pode prescindir de dinheiro.*

*E a questão das taxas, da ocupação do espaço público levanta uma questão, que eu já aflorei nesta Assembleia e que até agora não foi resolvida. Que é os excessos que está a haver na utilização, nomeadamente de esplanadas e outros espaços fechados, alguns são verdadeiras salas fechadas, colocadas em cima de terrenos públicos, de passeios públicos, de praças públicas, muitas delas foram cedidas ao domínio público por exigência da Câmara da cedência do particular ao domínio público para determinado fim, que não está a ser usado para aquele fim, que represente um verdadeiro prolongamento do estabelecimento comercial, que muitos deles já tinham duplicado a sua área e que a Câmara não recebe qualquer receita dessa utilização do espaço público. Até levanta aqui uma questão de legalidade que é, até que*

*ponto é que a Câmara tem legitimidade para exigir a alguém que vai edificar um prédio a cedência para espaços públicos, nomeadamente para ruas e passeios, ou áreas que depois são ocupadas com estabelecimentos comerciais a funcionar em grandes espaços públicos sem que a Câmara cobre esse tipo de taxas.*

*Portanto, há aqui para além duma questão de uma falsidade que tem a ver com a questão do Regulamento que é inexistente e não permitia à Câmara sequer cobrar e há uma questão de incoerência, porque ainda há pouco o Sr. Presidente da Câmara dizia que não podia prescindir das receitas de IRS que se aplica a todos os cidadãos, mas agora já pode prescindir das receitas deste tipo de estabelecimentos, que estes sim, é para tributar lucro.”-----*

Pelo Grupo Político do JPNT foi apresentada declaração de voto que se transcreve: “Nós votamos a favor todas as propostas que possam trazer de alguma forma, algum apoio às atividades económicas e empresas obviamente, mas não podemos deixar de referir aquilo que já dissemos o ano passado a propósito deste assunto e volvido mais um ano, tudo está na mesma. É que tal como foi aqui referido pelo Dr. Tito, a Câmara Municipal mesmo que quisesse cobrar esta taxa, esta receita, não o podia fazer porque desde 2013 que o Município tem o Código Regulamentar desatualizado e portanto só me resta dizer uma coisa, que é lamentável.”-----

**02.10 - APROVAÇÃO DA PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL PARA A CELEBRAÇÃO DE CONTRATO-PROGRAMA ENTRE O MUNICÍPIO DE ESPOSENDE E A EAMB - ESPOSENDE AMBIENTE, E.M. PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE RESÍDUOS URBANOS E LIMPEZA PÚBLICA NO MUNICÍPIO DE ESPOSENDE PARA O ANO DE 2019, NOS TERMOS DO Nº 5 DO ARTIGO 47º DA LEI 50/2012, DE 31 DE AGOSTO.**-----

De harmonia com deliberação da Câmara Municipal, tomada em reunião realizada no passado dia 15 de novembro de 2018, foi presente na sessão proposta para que a Assembleia Municipal aprove, nos termos do disposto na Lei nº 50/2012, de 31 de Agosto, o Contrato Programa entre o Município de Esposende e a EAmb - Esposende Ambiente, EM para a prestação de serviços de resíduos urbanos e limpeza pública no Município de Esposende. Fica arquivada cópia da mesma junto à minuta da ata da presente sessão, da qual faz parte integrante e que aqui se dá como transcrita. -----

Pelo Senhor Presidente da Câmara foi feita uma breve explicação do assunto.

Colocado o assunto à votação:

**A ASSEMBLEIA MUNICIPAL DELIBEROU, POR MAIORIA DOS PRESENTES, NOS TERMOS DO DISPOSTO NA LEI Nº 50/2012, DE 31 DE AGOSTO, APROVAR A MINUTA DO CONTRATO EM CAUSA, BEM COMO AUTORIZAR A SUA OUTORGA, COM 25 VOTOS A FAVOR DOS MEMBROS DO GRUPO POLÍTICO DO PPD/PSD, DOS MEMBROS DO GRUPO POLÍTICO DO JPNT, DO MEMBRO DO GRUPO POLÍTICO DO CDS-PP, DOS PRESIDENTES DE JUNTA DE FREGUESIA E DAS UNIÕES DE FREGUESIAS, E 3 VOTOS CONTRA DOS MEMBROS DO GRUPO POLÍTICO DO PS E DO MEMBRO DO GRUPO POLÍTICO DO PCP.**-----

A Segunda Secretária da Mesa não participou na discussão e votação do assunto, por se encontrar legalmente impedida.-----

Pelo Grupo Político do PS foi apresentada declaração de voto que se transcreve: *“Votamos contra porque a Esposende Ambiente há mais de uma dúzia de anos que é mal gerida e este tipo de contrato tem servido para fazer transferências significativas de muitas centenas de milhares de euros todos os anos que dão para cobrir os buracos da Esposende Ambiente e da má gestão da Esposende Ambiente.*

*Há um verdadeiro descontrolo a nível de despesas com pessoal, há um verdadeiro descontrolo a nível de gestão e portanto nós votamos contra este tipo de contratos que só servem para maquiar as contas da Esposende Ambiente há mais de uma dúzia de anos.”-----*

Pelo Grupo Político do PCP foi apresentada declaração de voto que se transcreve: *“Voto contra não tanto pelo conteúdo, mas porque achamos que estes serviços deviam ser prestados pelo próprio município e não por empresas.”-----*

**02.11 - APROVAÇÃO DA PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL PARA A CELEBRAÇÃO DE CONTRATO-PROGRAMA ENTRE O MUNICÍPIO DE ESPOSENDE E A EAMB - ESPOSENDE AMBIENTE, E.M. PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE EXECUÇÃO DE TAREFAS DE GESTÃO DE ESPAÇOS VERDES PÚBLICOS, DA GESTÃO DA VERTENTE AMBIENTAL E DE GESTÃO DO SISTEMA ÁGUAS PLUVIAIS NA ÁREA NO MUNICÍPIO DE ESPOSENDE PARA O ANO DE 2019, NOS TERMOS DO Nº 5 DO ARTIGO 47º DA LEI 50/2012, DE 31 DE AGOSTO.-----**

De harmonia com deliberação da Câmara Municipal, tomada em reunião realizada no passado dia 15 de novembro de 2018, foi presente na sessão proposta para que a Assembleia Municipal aprove, nos termos do disposto na Lei nº 50/2012, de 31 de Agosto, o Contrato Programa entre o Município de Esposende e a EAmb - Esposende Ambiente, EM para a prestação de serviços de execução de tarefas de gestão de espaços verdes públicos, da gestão da vertente ambiental e de gestão do sistema águas pluviais na área no Município de Esposende. Fica arquivada cópia da mesma junto à minuta da ata da presente sessão, da qual faz parte integrante e que aqui se dá como transcrita. -----

Pelo Senhor Presidente da Câmara foi feita uma breve explicação do assunto.

Colocado o assunto à votação:

A ASSEMBLEIA MUNICIPAL DELIBEROU, POR MAIORIA DOS PRESENTES, NOS TERMOS DO DISPOSTO NA LEI Nº 50/2012, DE 31 DE AGOSTO, APROVAR A MINUTA DO CONTRATO EM CAUSA, BEM COMO AUTORIZAR A SUA OUTORGA, COM 25 VOTOS A FAVOR DOS MEMBROS DO GRUPO POLÍTICO DO PPD/PSD, DOS MEMBROS DO GRUPO POLÍTICO DO JPNT, DO MEMBRO DO GRUPO POLÍTICO DO CDS-PP, DOS PRESIDENTES DE JUNTA DE FREGUESIA E DAS UNIÕES DE FREGUESIAS, E 3 VOTOS CONTRA DOS MEMBROS DO GRUPO POLÍTICO DO PS E

DO MEMBRO DO GRUPO POLÍTICO DO PCP.-

A Segunda Secretária da Mesa não participou na discussão e votação do assunto, por se encontrar legalmente impedida.-----

Pelo Grupo Político do PS foi apresentada declaração de voto que se transcreve: "*Votamos contra pelas razões análogas às que referimos anteriormente.*

*Se não interviemos mais na discussão foi pelo carácter antidemocrático que a gestão desta Assembleia assumiu ao longo dela e também gostávamos de referir que neste caso em concreto algumas das tarefas nem sequer são levadas a cabo pelos funcionários da Esposende Ambiente, ou funcionários Camarários destacados para lá, mas são contratadas empresas externas, como sejam os arranjos de jardins, espaços públicos, por empresas contratadas, ou subcontratadas e portanto mais uma razão para votarmos contra e comungando da posição do Partido Comunista, entendemos que este serviço deve regressar à Câmara para haver um maior controlo e um maior escrutínio sobre a sua execução e sobre o seu financiamento.*"-----

Pelo Grupo Político do PCP foi apresentada declaração de voto que se transcreve: "*Voto contra não tanto pelo conteúdo, mas porque achamos que estes serviços deviam ser prestados pelo próprio município e não por empresas.*"-----

**02.12 – RELATÓRIO DE GESTÃO DA EAMB - ESPOSENDE AMBIENTE, EM – 1º SEMESTRE 2018, PARA CONHECIMENTO, NOS TERMOS DO ARTIGO 42º DA LEI Nº 50/2012, DE 31 DE AGOSTO.**-----

De harmonia com deliberação da Câmara Municipal, tomada em reunião realizada no passado dia 31 de outubro de 2018, foi presente na sessão, para conhecimento, o Relatório de Gestão da EAmb - Esposende Ambiente, EM – 1º Semestre 2018, nos termos do artigo 42º da Lei nº 50/2012, de 31 de agosto. Ficam arquivadas cópias dos documentos junto à minuta da ata da presente sessão, da qual fazem parte integrante. -----

O Senhor Presidente da Câmara referiu que era um assunto apenas para conhecimento, pelo que, se houvesse alguma dúvida estava lá o Senhor Presidente do Conselho de Administração e poderia esclarecer.

A ASSEMBLEIA MUNICIPAL TOMOU CONHECIMENTO.-----

**02.13 – INSTRUMENTOS DE GESTÃO PREVISIONAL DA EAMB - ESPOSENDE AMBIENTE, EM, PARA O ANO DE 2019, PARA CONHECIMENTO, NOS TERMOS DO ARTIGO 42º DA LEI Nº 50/2012, DE 31 DE AGOSTO.**-----

De harmonia com deliberação da Câmara Municipal, tomada em reunião realizada no passado dia 15 de novembro de 2018, foi presente na sessão, para conhecimento, os Instrumentos de Gestão Previsional da EAmb - Esposende Ambiente, EM nos termos do artigo 42º da Lei nº 50/2012, de 31 de agosto. Ficam arquivadas cópias dos documentos junto à minuta da ata da presente sessão, da qual fazem parte integrante. -----



O Senhor Presidente da Câmara referiu que era um assunto apenas para conhecimento, pelo que, se houvesse alguma dúvida poderia esclarecer.

A ASSEMBLEIA MUNICIPAL TOMOU CONHECIMENTO.

**02.14 - APROVAÇÃO DA PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL PARA A CELEBRAÇÃO DE CONTRATO-PROGRAMA ENTRE O MUNICÍPIO DE ESPOSENDE E A ESPOSENDE 2000 - ATIVIDADES DESPORTIVAS E RECREATIVAS, EM PARA O DESENVOLVIMENTO DOS PROJETOS SOCIAIS PARA O ANO DE 2019, NOS TERMOS DO Nº 5 DO ARTIGO 47º DA LEI 50/2012, DE 31 DE AGOSTO.**

De harmonia com deliberação da Câmara Municipal, tomada em reunião realizada no passado dia 22 de novembro de 2018, foi presente na sessão proposta para que a Assembleia Municipal aprove, nos termos do disposto no nº 5 do artigo 47º da Lei nº 50/2012, de 31 de Agosto, o Contrato - Programa entre o Município de Esposende e a Esposende 2000, EM para o desenvolvimento dos projetos sociais para o ano de 2019. Fica arquivada cópia do mesmo junto à minuta da ata da presente sessão, da qual faz parte integrante e que aqui se dá como transcrito.

Pelo Senhor Presidente da Câmara foi feita uma breve explicação do assunto.

Colocado o assunto à votação:

A ASSEMBLEIA MUNICIPAL DELIBEROU, POR MAIORIA DOS PRESENTES, NOS TERMOS DO DISPOSTO NA LEI Nº 50/2012, DE 31 DE AGOSTO, APROVAR A MINUTA DO CONTRATO EM CAUSA, BEM COMO AUTORIZAR A SUA OUTORGA, COM 26 VOTOS A FAVOR DOS MEMBROS DO GRUPO POLÍTICO DO PPD/PSD, DOS MEMBROS DO GRUPO POLÍTICO DO JPNT, DO MEMBRO DO GRUPO POLÍTICO DO CDS-PP, DOS PRESIDENTES DE JUNTA DE FREGUESIA E DAS UNIÕES DE FREGUESIAS, E 3 VOTOS CONTRA DOS MEMBROS DO GRUPO POLÍTICO DO PS E DO MEMBRO DO GRUPO POLÍTICO DO PCP.

Pelo Grupo Político do PS foi apresentada declaração de voto que se transcreve: *"Votamos contra porque nos termos e com os mesmos fundamentos que fizemos a declaração de voto para a Esposende Ambiente, e ainda porque, à semelhança do que referimos o ano passado, entendemos que a Esposende 2000 tem servido em muito, para tarefas eleitoralistas e propagandistas à atuação do Município, com utilização e benefícios cegos atribuídos a todos, a quem não precisa, isentando do pagamento de serviços e outro tipo de atividades e entendemos que isso não é justiça social.*

*Justiça social é pôr a pagar quem pode pagar e isentar quem necessita de ser isentado e não é isso que a Câmara faz, como vimos há pouco, a propósito da votação do IRS e da percentagem a nível de IRS que a Câmara não prescindiu de nada."*

Pelo Grupo Político do PCP foi apresentada declaração de voto que se transcreve: *“Voto contra não tanto pelo conteúdo, mas porque achamos que estes serviços deviam ser prestados pelo próprio município e não por empresas.”*-----

**02.15 – INSTRUMENTOS DE GESTÃO PREVISIONAL DA ESPOSENDE 2000 – ATIVIDADES DESPORTIVAS E RECREATIVAS, EM PARA O ANO DE 2019, PARA CONHECIMENTO, NOS TERMOS DO ARTIGO 42º DA LEI Nº 50/2012, DE 31 DE AGOSTO.**-----

De harmonia com deliberação da Câmara Municipal, tomada em reunião realizada no passado dia 22 de novembro de 2018, foi presente na sessão, para conhecimento, o documento com os Instrumentos de Gestão Previsional da Esposende 2000 – Atividades Desportivas e Recreativas, EM para o ano de 2019, nos termos do artigo 42º da Lei nº 50/2012, de 31 de agosto. Ficam arquivadas cópias dos documentos junto à minuta da ata da presente sessão, da qual fazem parte integrante. -----

O Senhor Presidente da Câmara referiu que era um assunto apenas para conhecimento, pelo que, se houvesse alguma dúvida poderia esclarecer.

A ASSEMBLEIA MUNICIPAL TOMOU CONHECIMENTO.-----

**02.16 – APROVAÇÃO DA PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL PARA A CELEBRAÇÃO DE PROTOCOLO DE COLABORAÇÃO PARA A IMPLEMENTAÇÃO DO PROGRAMA DE GENERALIZAÇÃO DO FORNECIMENTO DE REFEIÇÕES ESCOLARES AOS ALUNOS DO 1º CICLO DO ENSINO BÁSICO E DAS ATIVIDADES DE ANIMAÇÃO E APOIO À FAMÍLIA E SERVIÇO DE REFEIÇÕES NO ÂMBITO DO PROGRAMA DE EXPANSÃO E DESENVOLVIMENTO EDUCAÇÃO PRÉ-ESCOLAR, NOS TERMOS DA ALÍNEA K) DO Nº 1 DO ARTIGO 25º DA LEI 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO.**-----

De harmonia com deliberação da Câmara Municipal, tomada em reunião realizada no passado dia 22 de novembro de 2018, foi presente na sessão proposta para que a Assembleia Municipal aprove, nos termos do disposto na alínea k) do nº 1 do artigo 25º da Lei nº 75/2013, de 12 de Setembro, os termos do Protocolo de Colaboração para a Implementação do Programa de Generalização do Fornecimento de Refeições Escolares aos Alunos do 1º Ciclo do Ensino Básico e das Atividades de Animação e Apoio à Família e Serviço de Refeições no Âmbito do Programa de Expansão e Desenvolvimento Educação Pré-Escolar, bem como autorize a sua outorga. Fica arquivado original da mesma junto à minuta da ata da presente sessão, da qual faz parte integrante e que aqui se dá como transcrita.-----

O Senhor Presidente da Câmara referiu que o documento era explícito pelo que, se houvesse algum pedido de esclarecimento esclareceria.

Interveio o Deputado Municipal Tito Evangelista, nos seguintes termos:

*“Não é nenhuma dúvida a minha questão só tem a ver com a alimentação vegetariana, isto é para crianças do pré-escolar e do primeiro ciclo e segundo eu julgo saber, os pediatras e os médicos especialistas, nutricionistas, etc, entendem que essas crianças na primeira fase da sua vida, que a alimentação vegetariana que é uma asneira. Portanto, eu gostava de saber se, consultaram alguém a esse nível, ou se foi uma questão meramente, porque agora os pais, muitos deles são vegetarianos e entendem que devem ser, se estão a contagiar as crianças com esse tipo de situação.”*-----

O Presidente da Assembleia passou a palavra ao Sr. Presidente da Câmara para os devidos esclarecimentos:

*“Nós simplesmente limitamo-nos a cumprir aquilo que está na lei.”*-----

Interveio a Deputada Municipal Tânia Mota, nos seguintes termos:

*“Eu tenho uma pergunta muito simples que é no fundo, e eu concordo também com o documento e penso que isso estará garantido, muito honestamente não acredito que não esteja, para as crianças que padeçam de algum tipo de doença que importe algum tipo de limitações na alimentação, dos alimentos que podem ou não ingerir, se isso é acautelado.”*-----

O Presidente da Assembleia passou novamente a palavra ao Sr. Presidente da Câmara para os devidos esclarecimentos:

*“Exatamente como eu dizia há pouco, isso está previsto na lei, somos obrigados a dar, a corresponder, por exemplo para a doença celíaca, as escolas terão que ter ementas adequadas.”*-----

Colocado o assunto à votação:

**A ASSEMBLEIA MUNICIPAL DELIBEROU, POR UNANIMIDADE, APROVAR OS TERMOS DO PROTOCOLO DE COLABORAÇÃO PARA A IMPLEMENTAÇÃO DO PROGRAMA DE GENERALIZAÇÃO DO FORNECIMENTO DE REFEIÇÕES ESCOLARES AOS ALUNOS DO 1º CICLO DO ENSINO BÁSICO E DAS ATIVIDADES DE ANIMAÇÃO E APOIO À FAMÍLIA E SERVIÇO DE REFEIÇÕES NO ÂMBITO DO PROGRAMA DE EXPANSÃO E DESENVOLVIMENTO EDUCAÇÃO PRÉ-ESCOLAR, BEM COMO AUTORIZAR A SUA OUTORGA.**-----

### **03 – PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO.**

De acordo com o número um do artigo quadragésimo primeiro do Regimento em vigor, o Presidente da Mesa declarou aberto o período de intervenção do público, tendo-se verificado as seguintes inscrições:

Sr. Joel Ferreira Calheiros que em síntese disse:

*“Boa noite a todos,*

*Ex.mo Senhor Presidente da Assembleia Municipal  
Senhor Presidente da Câmara  
Senhores Vereadores  
Deputados Municipais  
Restante público*

*Em meu nome e em nome da Associação de Pais e amigos dos Encarregados de Educação da Escola Básica de Pinhote, relativamente à obra de saneamento básico já aqui referida e já aqui votada, venho por este meio, lamentar que se ponham questões políticas à frente das crianças dos três aos dez anos e gostaria de questionar o sentido de voto do representante da União de Freguesias de Esposende, Marinhãs e Gandra, visto ter votado contra.*

*Também, foi enviado no dia 11 de novembro ao Senhor Presidente da Câmara, Benjamim Pereira, à Senhora Vereadora da Educação Dr.ª Angélica Cruz, com conhecimento da diretora do agrupamento, Dr.ª Paula Cepa, da Professora Licínia Macedo e do delegado da DGEST, a associação de pais não recebeu qualquer tipo de resposta e lamenta que um problema de mais de um ano não tenha tido qualquer resposta.*

*As questões que eu queria colocar ao Senhor Presidente:*

*Parece-vos racional a instalação de um estaleiro de obra mesmo ao lado de uma escola primária?*

*Que medidas é que a autarquia enquanto dono da obra tomou para prevenir ou minimizar o imenso manto de poeira nos dias de sol e de água e lama nos dias de chuva que se têm verificado ultimamente?*

*Gostaríamos também de saber se o prazo da obra vai ser cumprido, mas pelos vistos parece que não.*

*E quando é que se prevê que seja terminada a empreitada.*

*Gostaria também de perguntar se algum responsável da Câmara Municipal de Esposende tentou alguma vez aferir junto da Comunidade Escolar, dos pais, dos professores, de algum assistente operacional, ou dos alunos, que constrangimentos está esta obra a provocar aos respetivos?*

*Considero este pedido como um último recurso, caso contrário seremos obrigados contra a nossa própria vontade, a tomar medidas de maior impacto para todos, colocando a imagem da Instituição, da Câmara Municipal e da Junta de Freguesia de Esposende, em causa.*

*Espero que a Câmara nos consiga resolver este problema o mais rapidamente possível.*

*Obrigado."*

De seguida o Presidente da Mesa da Assembleia deu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, que agradeceu as questões colocadas pelo público, tendo respondido, nos seguintes termos:

*"Eu diria que o Senhor Joel começou bem, a dizer que lamentava que as situações fossem politizadas e tem toda a razão, eu também lamento muito que se politize um assunto tão sério como este, porque não vi o mesmo empenho quando foi para resolver o problema, para se fazer a obra.*

*Nem vi qualquer tipo de atitude por parte da população escolar e envolvente, no sentido de perceber o esforço financeiro que estávamos a fazer.*

*Aquela obra foi prioritária e foi feita em detrimento de muitas obras necessárias noutros*

*locais do concelho.*

*Portanto, eu acho que numa questão de honestidade intelectual, se as pessoas achavam que não estavam para se sujeitar aos constrangimentos causados pela obra, podiam ter dito, que eu tenho ali o Senhor Presidente da Junta de Gemeses e de Vila Chã, que aceitavam com toda a certeza lá a obra nas freguesias deles.*

*Pensar em fazer obras de saneamento sem impacto, a esse nível, primeiro, ao longo do tempo que durou a obra, a informação que nós temos é que a população estava bastante satisfeita, porque a empresa adotou um mecanismo, que eu acho que é prejudicial para a empresa, mas isso é um problema deles, de abrir a vala, voltar a encerrá-la, porque era escavação em pedra, é uma obra extremamente difícil de executar e preparar uma equipa para colocar as tubagens. E portanto, isso acabou por resultar no seguinte, todos os dias a via estava transitável, o que não é normal quando decorre uma obra que tem que ter a vala aberta para a escavação contínua no dia a seguir e até à data, segundo informações da própria junta de freguesia, tudo decorria com normalidade.*

*Naturalmente quando vem a chuva, em relação a situações de escavação causa sempre alguns problemas, mas isto é em todas as obras de saneamento e foram feitos quilómetros e quilómetros de saneamento no concelho de Esposende e nunca aconteceu uma coisa dessas.*

*Portanto, o que aqui está em causa é um posicionamento político em relação a esta matéria, que não tem nada a ver com a questão. A Câmara tem tentado de todas as maneiras e nós sabemos muito bem, quem está ligado a esta matéria e quais são as razões que movimentam as pessoas a virem aqui.*

*Não estou a dizer que é o caso do Senhor Joel, acredito que esteja motivado por razões de preocupação com os seus filhos. Mas, o que eu gostava que valorizassem era o facto da escola de Pinhote passar a ter saneamento e deixar de ter uma fossa, isso é que era importante que valorizassem. Se demora mais tempo, ou menos tempo, eu já expliquei aqui que não tem a ver com vontade da Câmara nem desleixo por parte da Câmara Municipal tem tudo a ver com o comportamento da empresa e ela está a ser fiscalizada e naturalmente que será penalizada caso não cumpra aquilo que são os prazos que deveria cumprir. Mas isso obedece a um conjunto de regras, obviamente que estão no âmbito da contratação e portanto nós só temos que cumprir as regras. Nós não podemos obrigar a empresa, bem pressionamos e tem havido reuniões permanentes com a empresa, tentando com que ela vá pavimentar, meter pelo menos uma camada de betuminoso o mais rápido possível mas, ainda faltava fazer uma vistoria às tubagens, etc e não vão meter o betuminoso por cima, sem primeiro verificarem se as tubagens têm as inclinações de projeto para depois não causar problemas maiores.*

*Isto para dizer que nós estamos por dentro do assunto e podem fazer aquilo que entenderem, porque eu acho que, a pior abordagem que se pode fazer a uma matéria destas é ameaçar a Câmara Municipal de que agora vamos para aqui, ou para ali, pôr em causa a Câmara Municipal, nós estamos a fazer aquilo que é possível, estamos com um esforço financeiro enorme, há muitas freguesias a pedir-nos obras de saneamento e nós não as podemos fazer porque não temos dinheiro e onde as fazemos, e também é verdade, que nunca houve falta de diálogo por parte da Câmara Municipal.*

*Eu pergunto se a Associação de Pais ou a Escola, alguma vez não foi recebida pela Senhora Vereadora da Educação? Alguma vez a Senhora Vereadora da Educação negou receber a Associação de Pais ou a Escola?*

*Não negou?*

*Então é preferível um abaixo-assinado, criar um facto político e distribuir por toda a*

*comunidade, é muito mais fácil trabalhar assim, portanto?  
A resposta que eu tenho para isto é, nós vamos continuar empenhados em resolver o problema da obra o mais rápido possível e em disponibilizar o saneamento aquela comunidade e em causar obviamente o menor problema à comunidade escolar. Sendo certo que, mesmo a situação do estaleiro estar próximo da escola, foi validado em termos legais, pelas entidades que têm que tutelar estas questões de segurança em obra, como é evidente.”-----*

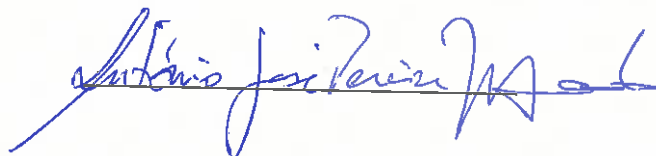
---Pelo Presidente da Mesa foi proposto que a ata da presente reunião, fosse aprovada em minuta, para efeitos imediatos, pelo que, nada mais havendo a tratar, foi a mesma minuta elaborada e, depois de lida, foi submetida à aprovação da Assembleia Municipal, sendo aprovada por unanimidade para efeitos de execução imediata das deliberações tomadas.-----

---Sendo 01 horas e 05 minutos, pelo Presidente da Mesa foi declarada encerrada a presente sessão. -----

O Presidente da Assembleia,



O Primeiro Secretário,



A Segunda Secretária,

